

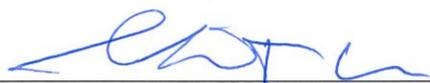
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes

Em cumprimento ao artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, os abaixo assinados, Diretores do **BANCO MODAL S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, 5º andar – parte, bloco 01, bairro Botafogo, CEP 22250-040, inscrita no CNPJ/ME sob o n.º 30.723.886/0001-62 (“Companhia”), declaram que:

(i) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020; e

(ii) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2021.



CRISTIANO MARON AYRES
Diretor Presidente



BRUNO JOSÉ ALBUQUERQUE DE CASTRO
Diretor de Relações com Investidores



Banco Modal S.A.
Demonstrações financeiras
consolidadas em
31 de dezembro de 2020
e relatório do auditor independente

	<u>Página</u>
Relatório da Administração	3
Relatório dos Auditores Independentes	
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	
Balanço Patrimonial Consolidado	8
Demonstração Consolidada do Resultado	10
Demonstração Consolidada do Resultado Abrangente	11
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido	12
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa	13
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado	14
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	
1. Contexto Operacional	15
2. Base de Preparação	16
3. Principais Políticas Contábeis	17
4. Julgamentos e Estimativas Contábeis	32
5. Segmentos Operacionais	33
6. Caixa e Equivalentes de Caixa	36
7. Ativos Financeiros - Títulos e Valores Mobiliários	37
8. Ativos Financeiros mensurados ao Valor Justo por meio do Resultado - Derivativos	39
9. Ativos Financeiros mensurados pelo Custo Amortizado - Operações de Crédito	43
10. Ativos Financeiros por Estágio de risco e movimentação da Provisão para Perdas de Crédito Esperada	44
11. Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda e operações descontinuadas	46
12. Investimentos em Coligadas	53
13. Ativo Imobilizado	54
14. Direitos de Uso de Arrendamentos	54
15. Ativo Intangível	55
16. Outros Ativos	56
17. Passivos Financeiros ao custo amortizado - Captações no Mercado Aberto	56
18. Passivos Financeiros ao custo amortizado - Depósitos	56
19. Outros Passivos	57
20. Patrimônio Líquido	58
21. Ativos, Passivos Fiscais e impostos no resultado	60
22. Provisões e passivos contingentes	63
23. Receitas (Despesas) com Juros e Similares	66
24. Resultado de Ativos e Passivos Financeiros ao Valor Justo por meio do resultado	66
25. Receitas de Prestação de Serviço	67
26. Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	67
27. Outras Receitas (Despesas) Operacionais	67
28. Despesas com Pessoal	67
29. Despesas Tributárias	67
30. Outras Despesas Administrativas	68
31. Transações com Partes Relacionadas	69
32. Benefícios a Empregados	70
33. Garantias Financeiras Prestadas	71
34. Gerenciamento de Riscos Financeiros e Operacionais	71
35. Gerenciamento de Capital	78
36. Hierarquia de Valor Justo	79
37. Outras Informações	81
38. Eventos Subsequentes	81

Senhores Clientes e Associados

Apresentamos o relatório da Diretoria do Banco Modal S.A. (“Banco” ou “Modal”) e de suas Controladas (“Grupo” ou “Conglomerado”), em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis, em conjunto com as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 juntamente com o relatório dos auditores independentes sobre essas Demonstrações Financeiras.

Nossa história

O Modal foi fundado em 1996 e se consolidou como um banco de investimento com forte atuação em estruturação, coordenação de grandes operações no mercado nacional, e parcerias estratégicas com os principais agentes e líderes nacionais e internacionais. A experiência de 24 anos de história, resultou na ampliação do nosso negócio que uniu o melhor dos bancos e o melhor das corretoras.

Modalmais, o Banco Digital dos Investidores

O modalmais foi lançado em 2015 e é uma história de empreendedorismo que se diferencia por ser uma plataforma digital de investimentos integrada a um banco digital. Desde o seu lançamento, aceleramos o processo de transição, investindo não apenas em sistemas, mas também em pessoas e processos para desenvolvermos juntos uma instituição financeira inteiramente diferenciada. O que nos move é a vontade de criar algo que não existe e melhorar a vida de milhões de pessoas. Com o modalmais, temos um portfólio completo de produtos de investimentos e funcionalidades para os nossos clientes.

O banco digital modalmais é uma iniciativa que busca trilhar o caminho da excelência e da inovação, a fim de criar e oferecer caminhos disruptivos para cada momento do mercado, tendo como principal objetivo o desenvolvimento de soluções para nossos clientes. Olhando por esse prisma, o modalmais ganha destaque no setor bancário brasileiro ao mesclar resultados eficientes e dinâmicos com alto nível de segurança e confiabilidade, colocando-se entre as melhores e mais completas instituições do território nacional.

O modalmais possui três fundamentos básicos:

1. Custos operacionais reduzidos em comparação aos do setor bancário tradicional, em especial por não depender de agências e de processos burocráticos;
2. Disponibilizar as funcionalidades de um banco digital e de uma plataforma de investimentos. Simplificando a vida dos nossos clientes e promovendo agilidade nas suas relações com o modalmais através do APP/WEB;
3. Entrega de uma experiência visual marcante e atraente ao cliente, por meio de um aplicativo moderno e amigável.

A nossa missão é promover um acesso mais democratizado ao investimento.

Nossa base de clientes vem crescendo numa velocidade incrível, confirmando a assertividade da nossa estratégia. No semestre, atingimos o marco de um milhão de clientes.

Inovação e Tradição

Em 22 de junho de 2020, os acionistas do Banco Modal (“Modal” ou “modalmais”) e o Credit Suisse (“CS”) assinaram um acordo estratégico de longo prazo, que prevê que o Credit Suisse poderá adquirir ações preferenciais equivalentes a até 35% da participação do capital total do Modal. O modalmais continuará a ser controlado pelo seu fundador e por seus principais executivos, sem nenhuma alteração na governança e gestão do dia a dia, que continua sendo 100% modalmais.

Os dois bancos têm operações complementares - Credit Suisse é um dos maiores gestores de fortunas do mundo com excelentes capacidades de banco de investimentos e o modalmais é um banco digital com uma plataforma de

investimentos ágil e moderna e que, em pouco tempo, no ambiente competitivo das *fintechs*, tornou-se uma plataforma digital líder no Brasil e uma referência no mercado financeiro - e estamos trabalhando em conjunto para explorar as sinergias entre produtos e serviços de investimentos:

1. Distribuição, para a base de 1 milhão de clientes do modalmais, dos produtos do Credit Suisse, tais como notas estruturadas, fundos de investimento, operações de crédito, ofertas de ações, dentre outros.
2. O acesso, pelo Credit Suisse, à tecnologia de ponta da plataforma digital modalmais e a todas as funcionalidades e possibilidades de investimentos que um banco digital completo como o modalmais pode oferecer para atender ainda melhor a seus clientes.

Cartão de Crédito

O cartão de crédito é o primeiro produto de crédito para os clientes investidores que são foco do modalmais e faz parte de outras modalidades que visam atender a demanda e necessidades dos clientes, como antecipação de resgate de fundos, linhas de crédito colateralizadas por aplicações financeiras, entre outras. Nossa expectativa é de que o cartão de crédito se torne uma plataforma para contratação de serviços como pagamento de contas, assinatura de serviços digitais, contratação de seguros, previdência privada, entre outros.

Tecnologia Inovadora

Somos o primeiro banco da América Latina a oferecer um cartão de crédito e débito com tecnologia Motion Code. A tecnologia é inovadora por tornar o código CVV dinâmico, algo semelhante a um *token* móvel. O objetivo principal é invalidar os dados dos usuários de forma rápida diante de tentativas de fraudes on-line ou em meio físico. Segurança que não prejudica a experiência do usuário, uma vez que o Motion Code foi desenvolvido em cartões semelhantes aos tradicionais, podendo ser utilizado de forma simples e mais segura que os métodos disponíveis, como cartão virtual ou QR Code.

Programa de Fidelidade

O Programa de Fidelidade modalmais Rewards trouxe ao Brasil o primeiro programa de CashForward, utilizando multiplicadores de milhas diferenciados que proporciona ainda mais benefícios aos usuários dos nossos cartões. Os clientes não precisarão se preocupar com o vencimento dos pontos, uma vez que eles não expiram. Os pontos acumulados vão rendendo bônus/dividendos como se fossem um investimento real. O valor acumulado poderá ser convertido em dinheiro e/ou aplicado em fundos e outros produtos financeiros.



Previdência Privada

O novo produto Previdência Privada está totalmente integrado à plataforma de negócios do modalmais, possibilitando ao cliente efetuar simulações, contratações, aportes e portabilidades de reservas de outros planos de previdência diretamente pela conta digital e aplicativo. Os investidores podem escolher entre 60 opções de planos

com os melhores gestores de recursos do mercado e os planos, bastante acessíveis, podem ser contratados com aplicações mensais a partir de R\$100 ou aporte/aplicação inicial de R\$1.000 e dão ao cliente toda a flexibilidade inerente aos requisitos e conceitos de um banco digital. O produto de previdência vem ao encontro do que temos feito nos últimos anos, possibilitando um relacionamento 100% digital e integrado ao nosso aplicativo. Com isso, nossa estante de produtos e serviços financeiros fica ainda mais completa, atingindo todos os perfis de investidores.

Educação financeira

Possuímos parceria com diversos influenciadores com forte presença nas redes sociais e disponibilizamos conteúdos e cursos com temas que abrangem investimentos iniciais e temas mais complexos, que nossos clientes recebem com exclusividade diariamente, conforme exemplos a seguir:

- Boletins em *podcast*, vídeo e texto providos por uma equipe de especialistas;
- Análise de investimentos realizada por uma das principais consultorias de análise de empresas do país;
- Palestras e treinamentos de plataformas, produtos e serviços oferecidos pelo modalmais.

Investir Juntos

Em 4 de dezembro de 2020, a modalmais anunciou a aquisição da plataforma de educação financeira “Investir Juntos”, com o objetivo de disponibilizar à sua base de clientes conteúdo gratuito e de qualidade aos clientes modalmais. Criada em 2019, a “Investir Juntos” é uma plataforma educacional que personaliza a experiência e aprendizado do cliente e se tornou uma das maiores geradoras de clientes digitais interessados não só em investir, mas em aprendizado.

Outros projetos e Parcerias em destaque

- HUB Capital – Mais foco na estratégia B2B

A HUB é uma plataforma de investimentos *full service*, fundada há aproximadamente 2 anos para atender a nova e mais amadurecida geração de *Financial Advisor*. Com essa inclusão ao modalmais, passamos a gerenciar mais um importante canal de distribuição, integrando uma plataforma B2B. Através de agentes autônomos, passamos a nos relacionar de forma mais inteligente com mais clientes potenciais para o nosso negócio. Essa parceria reforça mais uma vez a nossa missão de democratizar os investimentos oferecendo aos nossos clientes as melhores soluções e tecnologia; impulsionando a nossa estratégia B2B e garantindo a sustentabilidade e crescimento do nosso banco.

Destaques do período

Highlights Financeiros

(valores em R\$milhões)	2020	2019
Ativo	4.406	3.070
Caixa e equivalente de caixa	2.058	502
Patrimônio Líquido	586	376
Cap. Nível I + Nível II	202	205
PR Nível I	202	205
PR Nível II	-	-
Resultado Abrangente	27	48
Índice de Basileia	11,0%	13,0%
Recursos Sob Gestão	70.019	46.239

Ratings

O Banco Modal é classificado pela agência especializada Moody's, com nota em escala nacional Baa1.br/BR-3, atribuída em dezembro de 2019, que reflete o desempenho operacional, a solidez financeira e a qualidade da administração, além de outros fatores relacionados ao setor financeiro e ao ambiente econômico no qual o Modal

está inserido. Em 25 de junho de 2020, a Moody's não apenas confirmou a nota em escala nacional (Baa1.br/BR-3), como também confirmou, sob a perspectiva de risco de crédito, o viés positivo do acordo estratégico firmado com o Credit Suisse.

Governança Corporativa - Gestão de Riscos

Os processos de controle de risco seguem seu compromisso com a excelência no atendimento a seus clientes e estão em linha com as melhores práticas de mercado. A começar pela independência da área de Risco, que se reporta diretamente à Diretoria Executiva.

Para garantir a máxima segurança de risco de mercado, risco de crédito, risco operacional e risco de liquidez, todas as operações são monitoradas conforme os limites determinados pelo Comitê de Gestão de Riscos. Esse processo é ainda reforçado por auditorias internas regulares. O arcabouço de segurança é complementado pelo Compliance e Risco Operacional, cuja função é garantir a conformidade de todas as práticas às normas e exigências regulatórias das autoridades brasileiras e o alinhamento ao Acordo de Basileia, além de aderências às melhores políticas de governança corporativa.

O Banco tem desenvolvido, com base nas melhores práticas de gerenciamento de riscos, políticas, sistemas e controles internos para a mitigação e controle de possíveis perdas decorrentes da exposição aos riscos aos quais suas atividades estão expostas, com um conjunto de processos e rotinas adequados às suas modalidades operacionais.

Responsabilidade social

Campanha #FuturoMaisSolidário – Combate ao Covid-19

Sabemos que a melhor forma de ajudar a sociedade neste momento é apoiar instituições que estão dedicadas a arrecadar doações para compras de recursos adequados para os nossos hospitais. Com isso, nós, do modalmais, unimos forças para combater o covid-19 em busca de um #FuturoMaisSolidário. Juntos levamos a diversos hospitais de referência nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo aparelhos de UTI e utensílios básicos, como máscaras e luvas através das instituições União Rio e Comunitas. Além de alimentos a famílias mais atingidas pela pandemia, através do projeto Mães da Favela.

Resultados obtidos com o nosso apoio:

- O projeto Comunitas entregou mais de 180 respiradores
- O Movimento União Rio superou a marca de 1 milhão de Equipamentos de Proteção Individual entregues aos profissionais de saúde contribuindo na proteção destas pessoas que prestam atendimento direto ao público, proporcionando segurança, garantindo menor contaminação e evitando o afastamento dos mesmos.
- O projeto Mães da Favela recebeu mais de 600 cestas básicas compradas pelos Colaboradores do modalmais que foram engajados com uma campanha interna. Com isso, centenas de famílias carentes ganharam força para atravessar a pandemia.

Audidores Independentes

A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho e nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, os serviços de auditoria independente do Banco, realizados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes contemplam a auditoria das suas demonstrações financeiras do Grupo Modal. O montante de honorários incorridos com auditores independentes nos exercícios foi de R\$ 1.515.

Agradecimentos

Agradecemos aos clientes e parceiros o apoio, respeito e confiança e, aos nossos associados, pela determinação e comprometimento a nossa cultura de inovação, que tem sido fundamental para a obtenção de resultados diferenciados.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2021.

A Diretoria

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Banco Modal S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Modal S.A. ("Instituição") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

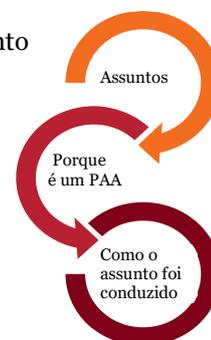
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Modal S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Instituição e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.





Banco Modal S.A.

Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foi planejada e executada considerando que as operações da Instituição e suas controladas não apresentaram modificações significativas em relação ao exercício anterior. Nesse contexto, exceto pela inclusão do PAA sobre Análise do valor recuperável – bens não de uso próprio e exclusão do PAA sobre Provisão para perdas (impairment) sobre operações de crédito, os Principais Assuntos de Auditoria, bem como nossa abordagem de auditoria, mantiveram-se substancialmente alinhados àqueles do exercício anterior.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Mensuração do valor justo instrumentos financeiros derivativos e dos ativos sem liquidez (notas explicativas 3(h), 4(a) e 11.1.1(b))

A mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que utiliza modelos de precificação desenvolvidos pela Administração que considera como premissa, (i) dados observáveis de mercado, como preços de mercado de instrumentos financeiros com características semelhantes, e (ii) modelos matemáticos, entre outros.

Adicionalmente, a mensuração do valor justo dos Fundos de Investimentos em Participações considera a adoção de premissas e julgamentos por parte da administração que envolvem elevado nível de julgamento na avaliação ao valor justo por método de fluxo de caixa descontado evolutivo e involutivo. Neste caso são utilizados modelos desenvolvidos internamente e/ou por avaliadores externos que não se baseiam em dados observáveis de mercado. Assim, devido a relevância dos saldos dessas operações e os fatos antes expostos, consideramos que esse assunto é um principal assunto de auditoria.

Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros, o entendimento dos controles internos, incluindo aqueles desenvolvidos pela Administração para mensuração ao valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos ativos sem liquidez.

Para os instrumentos financeiros derivativos, com o apoio dos nossos especialistas, efetuamos, em base amostral, o recálculo independente da valorização dos derivativos mensurados ao valor justo, utilizando premissas observáveis no mercado.

Adicionalmente, para os ativos sem liquidez, com a ajuda dos nossos especialistas, realizamos o entendimento quanto às metodologias de cálculo para precificação, também analisamos a razoabilidade das premissas críticas utilizadas pela Administração nas construções de modelos internos, bem como analisamos o alinhamento destas premissas e modelos com as práticas utilizadas de mercado.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração na mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos Fundos de investimentos em Participações são razoáveis, tendo em vista as práticas utilizadas no mercado e as práticas contábeis vigentes.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Análise do valor recuperável –bens não de uso próprio (notas explicativas 3(o), 4(d) e 11.1.2)

Os saldos de bens não de uso próprio são submetidos, pelo menos uma vez ao ano, a teste de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Consideramos essa uma área de foco de auditoria por: (i) envolver o uso de estimativas e julgamentos significativos na identificação de unidades geradoras de caixa e avaliação dos potenciais benefícios econômicos futuros, bem como pelo fato de que a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras consolidadas; (ii) ter sido impactado em decorrência dos aspectos relacionados a pandemia da COVID-19; e (iii) pela representatividade do saldo dessas contas no contexto das demonstrações financeiras consolidadas.

Nossos principais procedimentos de auditoria, consideraram, entre outros, entendimento dos controles internos desenvolvidos pela Administração para análise do valor recuperável de bens não de uso próprio.

Com o apoio dos nossos especialistas, analisamos as principais metodologias de avaliação e premissas utilizadas nos laudos de avaliação, desenvolvidos por avaliadores externos, para análise do valor recuperável (*impairment*) dos ativos de bens não de uso próprio, com o objetivo de observar a razoabilidade dessas estimativas e a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável.

Consideramos que as premissas adotadas pela administração para avaliação da realização por redução ao valor recuperável (*impairment*) de bens não de uso próprio são razoáveis, tendo em vista as práticas utilizadas no mercado e as práticas contábeis vigentes.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração consolidada do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Instituição e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas da Instituição. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto.



Banco Modal S.A.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Instituição é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:



Banco Modal S.A.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.



Banco Modal S.A.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2021

A handwritten signature in black ink that reads "PricewaterhouseCoopers" in a cursive script.

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in black ink that reads "Marcelo Luis Teixeira Santos" in a cursive script.

Marcelo Luis Teixeira Santos
Contador CRC 1PRO50377/O-6

Banco Modal S.A.
Balanco Patrimonial Consolidado

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



Ativo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	6	2.057.592	502.473
Ativos Financeiros		1.768.530	1.927.165
Ao Custo Amortizado		453.017	445.409
Títulos e valores Mobiliários	7	-	130.287
Outros Ativos Financeiros	16	318.224	224.005
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		14.978	3.433
Operações de crédito	9	127.821	91.925
(-) Provisão para Perda Esperada	10	(8.006)	(4.241)
Ao Valor Justo por meio de Outros Resultados			
Abrangentes		892.544	956.791
Títulos e valores Mobiliários	7	892.544	956.791
Ao Valor Justo por meio do Resultado		422.969	524.965
Títulos e valores Mobiliários	7	335.712	506.395
Derivativos	8	87.257	18.570
Ativos não circulantes mantidos para venda	11	332.828	419.449
Investimentos em Coligadas	12	2.117	2.764
Outros ativos	16	17.225	10.725
Ativos Fiscais		112.161	116.306
Imposto de renda recuperável	21.b	36.926	30.709
Imposto de renda e contribuição social diferido	21.c	75.235	85.597
Imobilizado	13	21.755	26.742
Direitos de uso de arrendamentos	14	12.124	16.912
Intangível	15	81.419	47.162
Total do Ativo		<u>4.405.751</u>	<u>3.069.698</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Modal S.A.
Balanco Patrimonial Consolidado

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



Passivo	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivos financeiros		3.745.436	2.638.759
Ao Custo Amortizado		3.728.786	2.591.836
Depósitos	18	2.092.060	1.399.906
Captações no mercado aberto	17	1.412.003	860.293
Outros Passivos Financeiros	19	224.723	331.637
Ao Valor Justo por meio do Resultado		16.650	46.923
Derivativos	8	16.650	46.923
Provisões e Passivos Contingentes	22	1.460	2.074
Outros passivos	19	36.437	16.794
Passivos associados a Ativos não circulantes mantidos para venda	11	11.839	18.741
Passivos Fiscais		24.326	17.226
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes	21.b	23.620	16.085
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas	21.c	617	1.076
Outras Obrigações Fiscais		89	65
Total do passivo		3.819.498	2.693.594
Patrimônio Líquido	20	586.253	376.104
<u>Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas controladores</u>		<u>586.253</u>	<u>376.104</u>
Capital social		291.908	345.668
Reservas de capital		228.974	-
Reservas de lucros		71.385	41.002
Ações em tesouraria		(6.349)	(10.755)
Outros resultados abrangentes		335	189
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>4.405.751</u>	<u>3.069.698</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Modal S.A.
Demonstração Consolidada do Resultado
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Operações continuadas			
Receitas de juros e rendimentos similares	23	104.087	115.662
Ao Custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		104.087	115.662
Despesas de juros e similares	23	(65.303)	(100.033)
Ao Custo amortizado		(65.303)	(100.033)
Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	24	88.729	55.658
Receita de prestação de serviços	25	185.691	161.383
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	26	31.413	16.866
Resultado na Venda de Operações de crédito		(52)	-
Perdas esperadas de Ativos Financeiros		(3.765)	(2.147)
Operações de Crédito	10	(3.765)	(2.147)
Resultado de intermediação financeira e serviços		340.800	247.389
Despesas com pessoal	28	(100.618)	(60.485)
Despesas tributárias	29	(25.559)	(17.204)
Despesas gerais e administrativas	30	(149.723)	(110.168)
Resultado de participação em coligadas e controladas	12	2.194	2.770
Outras receitas (despesas) operacionais	27	(1.213)	(9.298)
Provisões e Passivos Contingentes	22.g	(1.094)	(2.983)
Resultado antes da tributação		64.787	50.021
Impostos sobre a Renda			
Correntes	21.a	(20.092)	(15.720)
Diferidos	21.a	(1.447)	12.571
Resultado com operações descontinuadas	11.a	(16.170)	632
Lucro Líquido Consolidado do Exercício		27.078	47.504
Atribuído aos acionistas controladores		27.078	37.656
Atribuído aos acionistas não controladores		-	9.848
Lucro líquido por ação, básico e diluído (em R\$)	20.f		
Ações Ordinárias		684,4968	778,8116
Ações Preferenciais		684,8696	778,8116

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Lucro Líquido Consolidado do Exercício		27.078	47.504
Outros Resultados Abrangentes que serão reclassificados para o resultado quando condições específicas forem atendidas:		146	87
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		146	87
Variação de valor justo	20.d	285	112
Efeitos fiscais		(139)	(25)
Resultado abrangente consolidado do exercício		27.224	47.591
Atribuível aos acionistas controladores		27.224	37.743
Atribuível aos acionistas não controladores		-	9.848

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Modal S.A.
Demonstração Consolidada das Mutações do Patrimônio Líquido

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



	Nota	Capital social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ações em tesouraria	Lucros acumulados de acionistas controladores	Outros resultados abrangentes	Patrimônio Líquido atribuível ao controlador	Participação de acionistas não Controladores	Patrimônio Líquido Total
Saldos em 1 de janeiro de 2019		345.668	-	3.351	(10.755)	-	102	338.366	152.676	491.042
Resultado do exercício		-	-	-	-	37.656	-	37.656	9.848	47.504
Variação no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	87	87	-	87
Reversão de reservas de lucros		-	-	37.656	-	(37.656)	-	-	-	-
Redução de Participação de acionistas não controladores pelo resgate de fundos investidos	3(a)(i)e 20.h	-	-	-	-	-	-	-	(162.524)	(162.524)
Outros		-	-	(5)	-	-	-	(5)	-	(5)
Saldos em 31 de dezembro de 2019		345.668	-	41.002	(10.755)	-	189	376.104	-	376.104
Saldos em 1 de janeiro de 2020		345.668	-	41.002	(10.755)	-	189	376.104	-	376.104
Resultado do exercício		-	-	-	-	27.078	-	27.078	-	27.078
Variação no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		-	-	-	-	-	146	146	-	146
Constituição de reservas de lucros		-	-	27.078	-	(27.078)	-	-	-	-
Alienação de ações em tesouraria	20.g	-	-	(806)	4.406	-	-	3.600	-	3.600
Aumento de capital	20.a	16.931	241.069	-	-	-	-	258.000	-	258.000
Redução de capital por cisão	37.d	(70.691)	(12.095)	4.111	-	-	-	(78.675)	-	(78.675)
Saldos em 31 de dezembro de 2020		291.908	228.974	71.385	(6.349)	-	335	586.253	-	586.253

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Modal S.A.
Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Fluxos de caixa provenientes das operações			
Lucro Líquido Consolidado do Exercício		27.078	47.504
Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros	10	3.765	2.147
Depreciação e amortização	13, 14 e 15	22.017	13.081
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21.a	1.447	(12.571)
Provisão para plano de pagamento baseado em ações	27	3.826	1.106
Provisão para contingências	22.g	1.094	2.983
Participação nos lucros e resultados	28	18.236	9.699
Resultado de participações em controladas	12	(2.194)	(2.770)
Apropriação de juros passivo de arrendamento	14	(863)	(940)
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalente de caixa	26	(37.358)	(12.397)
Lucro líquido (prejuízo) ajustado		37.048	47.842
Variações em Ativos e Passivos			
(Aumento) Redução de Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil		(11.545)	(2.644)
Aumento (Redução) de Ativos financeiros ao custo amortizado		3.772	(116.342)
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		101.996	(100.828)
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes		64.247	(220.665)
(Aumento) Redução de Imposto de renda a compensar		(6.217)	(7.538)
Aumento (Redução) de Outros ativos		(6.624)	(4.112)
(Aumento) Redução de Passivos financeiros ao custo amortizado		1.118.714	(387.658)
Aumento (Redução) de Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		(30.273)	21.777
(Aumento) Redução de Provisões		(1.708)	(2.788)
Aumento (Redução) de Passivos Fiscais Corrente e Outras obrigações fiscais		11.088	16.693
(Aumento) Redução de Outros passivos		22.006	9.510
Aumento (Redução) de Passivos associados a Ativos não correntes para venda		(6.902)	341
Imposto de renda e Contribuição Social pagos		(3.529)	(8.819)
Aumento (Redução) de Ativos não correntes para venda		18.397	338.309
Caixa líquido proveniente (utilizado) de atividades operacionais		1.310.470	(416.922)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado		(2.360)	(18.197)
Dividendos recebidos		1.406	-
Aquisição de intangível		(44.139)	(29.649)
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de investimento		(45.093)	(47.846)
Fluxos de caixa provenientes das atividades de financiamento			
Aumento/Redução de Capital		258.000	-
Amortizações pagas de arrendamento	14	(5.616)	(3.730)
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de financiamento		252.384	(3.730)
Aumento (Redução) no caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	6	502.473	958.574
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa		37.358	12.397
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6	2.057.592	502.473
Informações complementares			
Juros pagos		334.159	185.715
Juros recebidos		709.354	257.763
Transações não monetárias			
Ativos vertidos em reorganização societária - Cisão (Nota 37 (d))		(70.691)	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Modal S.A.
Demonstração Consolidada do Valor Adicionado
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



	<u>Nota</u>	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas		389.933	348.054
Receitas com juros e similares	23	104.087	115.662
Receita de Prestação de serviços	25	185.691	161.383
Resultado com operações descontinuadas		(16.170)	632
Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado		88.729	55.658
Variação cambial de Transações no exterior		31.413	16.866
Resultado na Venda de Operações de crédito		(52)	-
Perdas esperadas de Ativos Financeiros		(3.765)	(2.147)
Despesas		(67.610)	(112.314)
Despesas com juros e similares	23	(65.303)	(100.033)
Outras despesas operacionais e provisões, líquidas de receitas		(2.307)	(12.281)
Insumos adquiridos de terceiros		(126.663)	(97.806)
Materiais, energia e outros		(425)	(287)
Serviços de terceiros		(122.228)	(94.247)
Outros		(4.010)	(3.272)
Valor adicionado bruto		195.660	137.934
Depreciação e amortização	30	(21.713)	(11.376)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade		173.947	126.558
Valor adicionado recebido em transferência		2.194	2.770
Resultado de participações em coligadas e controladas	12	2.194	2.770
Valor adicionado a distribuir		176.141	129.328
Distribuição do Valor Adicionado		176.141	129.328
Pessoal		100.618	60.485
Remuneração direta		71.405	42.061
Encargos sociais		15.973	8.941
Benefícios	28	13.160	9.108
Outras - Treinamento e capacitação	28	80	375
Impostos Taxas e Contribuições		47.098	21.119
Federais		41.000	15.683
Estaduais		105	81
Municipais		5.993	5.355
Remuneração de capital de terceiros		1.347	220
Aluguéis		1.347	220
Remuneração de capital de próprios		27.078	47.504
Lucros retidos		27.078	37.656
Participação de acionistas não controladores		-	9.848

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

1. Contexto operacional

O Banco Modal S.A. ("Modal" ou "Banco") é uma sociedade anônima, com sede na Praia de Botafogo, 501 – 6º andar – Torre Pão de Açúcar - Rio de Janeiro - RJ, que tem por objetivo a realização de operações bancárias e a prestação de serviços permitidos aos bancos múltiplos, com carteiras comercial, de câmbio e de investimento, e pode participar como acionista de outras sociedades.

O Banco e suas controladas (conjuntamente, "Grupo" ou "Conglomerado") distribuem produtos e serviços oferecidos pelo Grupo junto a clientes institucionais e por meio de seu portal de investimentos "Modal Mais" (modalmais.com.br). Sua controlada Modal Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Modal DTVM") entrou em operação em outubro de 2015 e representa um importante canal de distribuição e de *cross-selling* para os produtos e serviços oferecidos pelo Banco.

Em 22 de junho de 2020, os acionistas do Banco Modal e o Credit Suisse assinaram um acordo estratégico de longo prazo por meio do qual o Credit Suisse poderá adquirir ações preferenciais da Modal Participações (controladora do Banco), equivalentes a até 35% da participação do Capital Social do Banco. O acordo tem por objetivo aumentar a sinergia entre as operações complementares das duas instituições.

O Banco possui ainda as controladas Modal Assessoria Financeira Ltda. ("MAF"), atuante na assessoria e consultoria de valores mobiliários e em operações estruturadas nos mercados financeiro e de capitais e a Modal Real Estate Participações Ltda., que atua no segmento de investimentos no setor imobiliário.

Efeito da COVID19 nas demonstrações financeiras

Em 10 de março de 2020, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu orientação na qual destaca a importância de as companhias considerarem cuidadosamente os impactos do COVID19 em seus negócios e reportarem nas demonstrações financeiras os principais riscos e incertezas advindos dessa análise, observadas as normas contábeis aplicáveis. O Banco Central adotou medidas para provimento de liquidez e maior flexibilização sobre a regulação prudencial e das exigências em caso de créditos repactuados e, por meio da Resolução CMN CMN nº 4.820, de 29 de maio de 2020, estabeleceu vedações temporárias para (i) o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido no estatuto social ou em lei, quando aplicável; (ii) recompra de ações próprias; (iii) redução do capital social; (iv) aumento da remuneração, fixa ou variável, de membros da administração; e (v) antecipação do pagamento de quaisquer dos itens anteriores. Não é possível prever se novas restrições a distribuições serão impostas pelos órgãos reguladores do Sistema Financeiro Nacional, sendo certo que, na eventualidade de imposição de referidas restrições, a distribuição de resultados do Banco aos seus acionistas poderá ser comprometida.

O Banco e os seus administradores monitoram a situação e avaliam eventuais impactos decorrentes da pandemia. Mesmo com a evolução conhecimento e das profilaxias sobre o vírus, ainda é complexo mensurar o efeito decorrente dos impactos da pandemia da COVID19 e à medida que identifica esses impactos, a Administração mensura e incorpora em seus julgamentos e estimativas contábeis. Esses impactos, uma vez identificados, poderão produzir impactos relevantes nas demonstrações financeiras. Os possíveis impactos que poderão vir a ser observados são aumento do risco de crédito de clientes por inadimplência nos pagamentos e aumento de provisões para perdas em ativos financeiros, redução no valor justo dos investimentos em títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos, aumento de contingências passivas e mudança na estimativa de realização do crédito tributário.

A administração incorpora em seu julgamento a situação financeira de seus devedores no momento da avaliação sobre o risco de deterioração significativa nas operações de crédito e classificação das mesmas em estágios.

Ressaltamos que, conforme descrito na Nota 11.2, no semestre findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco cedeu de forma definitiva e sem coobrigação, parte substancial de sua carteira de crédito. Nesse sentido, a Administração não

viu impactos relevantes na sua carteira de crédito, como também não percebeu efeitos significativos em seus níveis de liquidez e captação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração avaliou a recuperabilidade dos ativos não financeiros e contabilizou provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$351 mil decorrentes de *impairment*, de imóveis classificados como Bens não de uso. Além disso, para a mesma data-base, a administração avaliou o valor justo dos instrumentos financeiros sem cotação em mercado ativo (nível III), conforme mencionado na nota 11.1.1, no montante de R\$258.376 mil, que refletem a expectativa da administração com relação ao impacto da pandemia nos fluxos de caixa das investidas.

Não é possível mensurar ou antecipar os eventuais impactos econômicos financeiros futuros decorrentes da pandemia do COVID19. Até a data da emissão dessas Demonstrações Financeiras, o Banco não identificou indícios de fatos que possam alterar significativamente as avaliações realizadas ou indicar que o Banco poderá comprometer a capacidade de manter a sua continuidade operacional tampouco às suas estimativas e julgamentos contábeis.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 17 de fevereiro de 2021.

2. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)).

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Banco no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As informações que envolvem maior grau de julgamento ou complexidade, ou informações nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras a administração considerou todos os pronunciamentos contábeis vigentes emitidos até a data de sua publicação.

Os ativos e passivos são apresentados no Balanço Patrimonial Consolidado em ordem de liquidez e exigibilidade, respectivamente.

Pronunciamentos Contábeis Aplicáveis para o período findo em 31 de dezembro de 2020

- Estrutura Conceitual (Conceptual Framework) - As principais alterações se referem a: definições de ativo e passivo; critérios para reconhecimento, baixa, mensuração, apresentação e divulgação para elementos patrimoniais e de resultado. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020.
- Alterações na IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros, IAS 39/CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e IFRS 7/CPC 40 – Instrumentos Financeiros: Divulgações – Devido à reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado – LIBOR (*Interbank Offered Rate*). As alterações normativas visam minimizar eventuais impactos nas estruturas de *Hedge Accounting* no cenário atual de pré-substituição de taxas. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020 e não produziram impactos nessas demonstrações financeiras.
- Alterações na IFRS 16 – Arrendamentos: Expediente prático que permite aos arrendatários não caracterizar as concessões feitas ao arrendamento motivadas pela pandemia da COVID-19 como modificação de contrato. Esta norma é efetiva para exercícios iniciados em 1º de junho de 2020, sendo permitida a adoção antecipada. O Modal optou por não utilizar a exceção oriunda da norma e, desta forma, não houve impactos para as Demonstrações Financeiras.

Pronunciamentos Contábeis Emitidos Recentemente e Aplicáveis em Períodos Futuros

- IFRS 17/CPC 50 – Contratos de Seguro: Em maio de 2017, o IASB emitiu o IFRS 17/CPC 50 para contratos de segmentos que visa substituir o IFRS 4/CPC 11. O IFRS 17/CPC 50 tem como data de implementação 1º de janeiro de 2023. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas demonstrações financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. O Modal está avaliando os possíveis impactos quando da adoção da norma.
- IFRS 4 – Contratos de Seguro – Aplicação conjunta da IFRS 9: A alteração permite às entidades emitentes de contratos de seguro mitigar possíveis impactos da adoção da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros antes da vigência da IFRS 17. O Modal está avaliando os possíveis impactos dessa norma.
- Alteração da IFRS10/CPC36 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Empreendimentos em Conjunto (joint Ventures) – As alterações visam um alinhamento entre essas duas normas ao tratar de venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimentos controlados em conjunto (Joint Ventures). Não foram identificados impactos relevantes dessa alteração para as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Modal.

Nessa mesma data-base, além das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, o Banco também preparou as demonstrações financeiras individuais elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas em todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas pelo Banco e suas controladas.

a) Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas refletem os ativos, passivos, receitas e despesas do Banco e de suas entidades controladas.

(i) Controladas

Controladas diretas e indiretas são todas as entidades nas quais o Banco tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais, em geral em função da detenção de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto, atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em conta quando se avalia se o Banco controla outra entidade. As Controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Banco e deixam de ser consolidadas a partir da data em que tal controle cessa.

Transações entre companhias, saldos e ganhos não realizados em transações entre entidades controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (“*impairment*”) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Modal.

Tesouraria do grupo: O Banco realizava a sua gestão de caixa através de fundos de investimento geridos pela Modal Asset Management (“MAM”). Além do investimento direto nos fundos, o Banco detinha participações indiretas nos mesmos por meio da aplicação em cotas desses mesmos fundos. Nesse contexto, o Banco consolidava investimentos cuja participação direta era inferior a 51% em que atuava como principal nos investimentos, nos quais detinha participação relevante de forma direta ou indireta e realizava a gestão, alocava recursos da sua tesouraria e gerenciava as principais atividades obtendo retornos variáveis desses investimentos.

Durante o segundo semestre de 2018, a Modal Asset Management Ltda. (“MAM”) associou-se à Flag Gestora, criando a Novus Capital (“Novus”) com os principais executivos de cada gestora e concentrando a gestão dos Fundos da MAM e da Flag nessa nova empresa, transferindo assim a gestão dos fundos líquidos para essa nova entidade durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, por ocasião da transferência dos fundos líquidos acima, o Grupo Modal resgatou a totalidade das cotas detidas nos fundos Novus Capital Master FI Multimercado, Novus Macro FIC de FIM e NC Raptor FIRF, dessa forma o Banco deixou de consolidar os mesmos. Esta transação não resultou em saída de recursos do Grupo. Para mais informações vide a Nota 20(h).

Agência no exterior: No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o Banco encerrou as atividades da sua agência em Cayman, devidamente aprovada pelo BACEN em 8 de abril de 2019.

A tabela a seguir apresenta as entidades controladas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas:

Entidade	Classificação	País	Atividade	Participação (%)	
				2020	2019
Modal Asset Management Ltda. (1)	Controlada	Brasil	Gestão	99,99%	99,99%
Modal Assessoria Financeira Ltda.	Controlada	Brasil	Assessoria	99,99%	99,99%
Modal Administradora de Recursos Ltda. (1)	Controlada	Brasil	Gestão	99,99%	99,99%
Modal Real Estate Participações Ltda.	Controlada	Brasil	Holding	99,99%	99,99%
Modal Distrib. de Títulos e Val. Mobiliários	Controlada	Brasil	Corretora	99,99%	99,99%

(1) Conforme mencionado nas Notas 11.3 e 38 (2), Modal Asset Management Ltda (“MAM”) e Modal Administradora de Recursos Ltda. (“MAR”) foram cindidas para a criação da MAF DTVM, deixando o Banco de investir nessas empresas como parte do processo de descontinuação do segmento de Administração Fiduciária de Fundos Ilíquidos.

(ii) Coligadas

Coligadas são todas as empresas sobre as quais o Modal possui influência significativa nas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controle. Normalmente, é presumida influência significativa quando o Banco detém entre 20% e 50% dos direitos de voto. Mesmo com menos de 20% do direito de voto, o Banco poderá ter uma influência significativa, através de participação na administração da investida ou participação no Conselho de Administração, com poder de voto. Os investimentos em coligadas são registrados nas demonstrações financeiras pelo método da equivalência patrimonial (“MEP”).

Entidade	Classificação	Critério de Avaliação	Atividade	Participação (%)	
				2020	2019
KSM Desenvolvimento e Negócios Imobiliário Ltda. (1)	Coligada	MEP	Gestão	100,00%	50,00%
Novus Capital Gestora de Recursos Ltda.	Coligada	MEP	Administração de carteiras	27,50%	30,00%

(1) A KSM Desenvolvimento e Negócios Imobiliários S.A se encontra em fase de encerramento de operações e o seu patrimônio líquido (R\$38) é imaterial para o Banco Modal S.A que optou por não consolidá-la.

(iii) Transações e participações não controladoras

O Banco e suas controladas tratam as transações com participações não controladoras como transações com proprietários de ativos. Para as compras de participações não controladoras, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladoras também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta outros resultados abrangentes.

Quando o Modal deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados.

(iv) Combinação de negócios

A aquisição de uma subsidiária por meio de combinação de negócios é registrada na data de aquisição, isto é, na data em que o controle é transferido para o Grupo, aplicando o método de aquisição. De acordo com este método, os ativos identificados (inclusive ativos intangíveis não reconhecidos previamente), passivos assumidos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais valores positivos que excedam a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos são reconhecidas como ágio (*goodwill*). No caso de apuração de diferença negativa (ganho por compra vantajosa), o valor identificado é reconhecido no resultado do período em Outras receitas operacionais.

b) Conversão de operações em moeda estrangeira

(i) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação do Modal e todas as entidades controladas. A moeda funcional é a moeda do ambiente econômico principal no qual uma entidade opera.

(ii) Transações e saldos em moeda estrangeira

As operações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio no final do exercício, referentes aos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração do resultado.

As alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como disponíveis para venda, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio líquido.

As variações cambiais de ativos e passivos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como mensuradas ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado como parte do ganho ou da perda do valor justo. As variações cambiais de ativos financeiros não monetários, como por exemplo, os investimentos em ações classificadas como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, estão incluídas em Outros resultados abrangentes do patrimônio líquido.

c) Caixa e equivalentes de caixa

São representados por caixa, reservas livres, disponibilidades em moeda estrangeira e aplicações interfinanceiras de liquidez cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação é igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo. Estes instrumentos são utilizados pelo Grupo para gerenciar seus compromissos de curto prazo.

d) Instrumentos financeiros com acordo de recompra/revenda

Títulos vendidos com contrato de recompra em uma data futura específica não são baixados do balanço patrimonial, já que o Modal retém substancialmente todos os riscos e benefícios de posse. O correspondente caixa recebido é reconhecido no balanço patrimonial como uma obrigação de retorno, incluindo os juros apropriados como um passivo, refletindo a substância econômica da transação como uma dívida do Modal. A diferença entre o preço de venda e recompra é tratada como despesa de juros e é apropriada sobre a duração do contrato utilizando a taxa de juros efetiva.

e) Ativos Financeiros

O Grupo classifica seus instrumentos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurado ao custo amortizado;
- Mensurado ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).

(i) Avaliação do modelo de negócios

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de:

- Obter fluxos de caixa contratuais;
- Obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou
- Outros.

Para avaliar os modelos de negócios, o Modal considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

(ii) Reconhecimento e desreconhecimento

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo. Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

(iii) Mensuração

No reconhecimento inicial, o Grupo mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Os ativos financeiros com derivativos embutidos são considerados, em sua totalidade, ao determinar se os seus fluxos de caixa consistem apenas em pagamento do principal e de juros.

Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros (“SPPI test”).

Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais ou obter fluxo de caixa contratuais e venda é necessário realizar um teste de SPPI test.

Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

(iv) Custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- É mantido dentro de um Modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e
- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros.

(v) Taxa de juros efetiva

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros é calculada aplicando-se a taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto do ativo financeiro.

(vi) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros (SPPI Test), quanto para a venda.

Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não houve reclassificação de títulos entre as categorias, além disso não ocorreu desreconhecimento/venda de instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(vii) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores; ou ativos designados pela entidade no reconhecimento inicial, de forma irrevogável, como ao valor justo por meio do resultado para reduzir ou eliminar significativamente uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento (“descasamentos contábeis”).

- Inicial e subsequentemente reconhecidos a valor justo;

Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são reconhecidos no resultado.

(viii) Perda de crédito esperada

É a diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos e todos os fluxos de caixa que esperamos receber, descontados a taxa de juros efetiva original ou a taxa de juros efetiva ajustada ao crédito para ativos financeiros comprados ou concedidos com problemas de recuperação de crédito.

O Grupo registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, demais instrumentos de dívida não mensurados ao valor justo por meio do resultado, para os limites de créditos concedidos e não utilizados e para as garantias financeiras concedidas (nota 3. w), que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros”.

A cada período reportado, o Grupo Modal avalia se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente por meio de informações razoáveis e sustentáveis que são relevantes e estão disponíveis sem custo ou esforço indevido, incluindo informações qualitativas, quantitativas e prospectivas. As informações prospectivas são baseadas em cenários macroeconômicos que são reavaliados anualmente ou quando condições de mercado exigirem.

O modelo de perda de crédito esperada está baseado na constituição de cenários de perda considerando as características dos produtos e seus estágios para os índices de PD, LGD e EAD:

- PD (*probability of default*): é definido como a probabilidade de que a contraparte não cumpra com as obrigações de pagar o principal e/ou juros. Para efeitos da IFRS 9/CPC 48, serão considerados ambos: PD - 12 meses (Estágio 1), que é a probabilidade de que o instrumento financeiro entre em inadimplência durante os próximos 12 meses bem como a PD - tempo de vida (Estágios 2 e 3), que considera a probabilidade de que a operação entre em inadimplência entre a data das demonstrações financeiras e a data de vencimento da operação. A norma exige que informações futuras relevantes para a estimação desses parâmetros devem ser consideradas;

- LGD (*loss given default*): é definida como o percentual de perdas de uma exposição de risco no momento na inadimplência e, uma vez que tenha ocorrido o evento, a LGD inclui três tipos de perdas: (i) a perda do principal; (ii) a perda decorrente dos custos de empréstimos não pagos (inclusive os custos de oportunidade); e (iii) a perda relacionada às despesas relativas ao processo de cobrança e recuperação do crédito; e

- EAD (*exposure at default*): é o valor da transação exposta ao risco de crédito, incluindo a relação de saldo atual disponível que poderiam ser fornecidos no momento da inadimplência (saldo de operações de crédito contratados, limites disponíveis aos clientes e ainda não utilizados e garantias financeiras concedidas).

Inclui também, o uso de informações prospectivas e classificação do ativo financeiro em três estágios:

- Estágio 1: quando os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos, o Modal reconhece uma provisão baseada em uma perda esperada para os próximos 12 meses. No Estágio 1 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito (nota 10) e que foram reclassificadas do Estágio 2.

- Estágio 2: quando um instrumento financeiro mostrou um aumento significativo no risco de crédito desde a sua origem, o Modal registra uma provisão para uma perda esperada para o prazo de vencimento residual do instrumento financeiro. O estágio 2 também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

- Estágio 3: instrumentos financeiros considerados com problemas de recuperação. O Modal registra uma provisão para perda esperada para o prazo de vencimento residual do instrumento financeiro. Aplicável aos ativos financeiros originados ou comprados com problemas de recuperação de crédito.

Os critérios para cálculo da perda de crédito esperada e para determinação do aumento significativo do risco de crédito estão apresentados na nota 10.

(ix) Instrumentos patrimoniais

O Grupo Modal mensura subsequentemente todos os seus instrumentos de patrimônio ao valor justo por meio do resultado, exceto quando a Administração escolhe, no reconhecimento inicial, designar, irrevogavelmente, um instrumento de patrimônio como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se for mantido com outro propósito que não apenas gerar retornos. Quando esta escolha é feita, os ganhos e perdas no valor justo do instrumento são reconhecidos no Resultado Abrangente Acumulado e não são reclassificados subsequentemente para a Demonstração do Resultado, mesmo na venda. Dividendos continuam a ser reconhecidos na Demonstração do Resultado quando o direito do Grupo Modal é reconhecido.

Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a redução ao valor recuperável de acordo com a IFRS 9/CPC 48 devido já estarem avaliados ao valor justo.

(x) Instrumentos financeiros derivativos

São reconhecidos inicialmente ao valor justo e são periodicamente remensurados pelo seu valor justo com as variações reconhecidas diretamente no resultado.

Para a determinação do valor justo dos derivativos deve-se avaliar se o instrumento em questão é negociado em um mercado ativo ou não. Neste segundo caso, o cálculo do valor justo é realizado por meio de técnicas de precificação, incluindo fluxo de caixa descontado e outros modelos de precificação, tais como, a consideração do risco de crédito da contraparte (derivativos ativos) e do Banco (derivativos passivos).

Instrumentos financeiros combinados com outros instrumentos financeiros, derivativos ou não, são tratados como instrumentos financeiros distintos e registrados, considerando as características econômicas e riscos diretamente relacionados com os do contrato principal.

Derivativos embutidos em instrumentos financeiros passivos são separados de seus contratos principais e registrados, individualmente, caso as características econômicas e riscos do contrato principal e do derivativo embutido não sejam intrinsecamente relacionados, ou um instrumento individual com as mesmas condições do derivativo embutido satisfaça à definição de um derivativo.

f) Modificação de fluxos de caixa contratuais

Para modificações de fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro que não alteram substancialmente seus termos e condições e que, conseqüentemente, não levam à sua baixa, qualquer diferença entre o valor recalculado e o valor contábil bruto existente é reconhecida imediatamente no resultado como ganho ou perda na modificação. Quaisquer custos ou taxas incorridas ajustam o valor contábil modificado e são amortizados ao longo do prazo restante do ativo financeiro.

Se a renegociação ou modificação alterar substancialmente os termos e condições do ativo financeiro, o Modal efetua a baixa do ativo original e reconhece um novo ativo. Altera-se a data da renegociação e considera-se a data de reconhecimento inicial do novo ativo para fins de cálculo de perda de crédito esperada, inclusive para determinar aumentos significativos no risco de crédito.

g) Baixa de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando o Modal não tiver perspectivas razoáveis de recuperar nenhum fluxo de caixa adicional do ativo financeiro, os direitos contratuais relativos aos respectivos fluxos de caixa expirarem, ou o Modal transferir para terceiros a maioria dos riscos e benefícios associados à operação. Portanto, se os riscos e

benefícios não foram substancialmente transferidos, o Modal reavalia o seu controle e determina se o real envolvimento relacionado com qualquer controle retido não o impede de efetuar tal reversão.

Um passivo financeiro baseado em contrato é baixado quando a obrigação a respeito do passivo é eliminada, cancelada, vencida ou liquidada.

h) Determinação do valor justo

O valor justo, de acordo com o IFRS 13/CPC 46, refere-se ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data da mensuração. Os instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial devem ser agrupados nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo.

- **Nível 1:** mensurações à valor justo obtido a partir de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores também são classificados no nível 1 da hierarquia.

- **Nível 2:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.

- **Nível 3:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível. Neste nível são utilizados modelos desenvolvidos internamente, a partir de curvas geradas conforme modelo próprio. Nessa avaliação a administração utiliza modelos em que ao menos um input, que pudesse ter um efeito significativo no preço, não é baseado em observação de dados de mercado. Os instrumentos avaliados por esse modelo correspondem, basicamente, aos fundos de investimento ilíquidos das atividades de Merchant Banking. As principais premissas utilizadas nessas avaliações são: 1 – taxa de desconto, crescimento de receita e mercado, expectativa de endividamento e premissas macroeconômicas como inflação, riscos de mercado e país.

Outras informações sobre a hierarquia do valor justo podem ser verificadas na nota 4.b.

i) Ativos não circulantes mantidos para a venda e operações descontinuadas

Ativos não circulantes mantidos para venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação, cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano. Os imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades consolidadas em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não correntes destinados à venda através da execução de leilões na qual ocorrem normalmente em até um ano. Ativos não correntes mantidos para venda são mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes mantidos para venda não são depreciados.

As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda, e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado.

Os ativos não circulantes classificados como mantidos para venda que: 1) representam uma importante linha separada de negócios; 2) são integrantes de um único plano coordenado para venda de importante linha separada de negócios ou de operações; ou 3) são controladas adquiridas exclusivamente com o objetivo de revenda, são classificados como Operações descontinuadas.

j) Investimentos em empresas coligadas

Coligadas são aquelas empresas nas quais o investidor tem influência significativa, porém não detém o controle. Os investimentos nessas empresas são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e avaliados subsequentemente pelo método de equivalência patrimonial. O investimento em coligadas inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável.

k) Fundos de Investimento em Participações (“FIPs”)

O Banco registra os seus investimentos em cotas de fundos de investimento em participação de acordo com o IAS 28/CPC 18, que prevê a possibilidade de adoção da mensuração ao valor justo por meio do resultado, em consonância com o IFRS 9/CPC 48, para parcela da participação em investimento em coligada, controlada ou empreendimento controlado em conjunto, qualificado como organização de capital de risco, independentemente de esta exercer influência significativa sobre essa parcela da participação.

l) Imobilizado

São mensurados pelo custo histórico, excluindo os gastos com manutenção, deduzidas a depreciação acumulada e, se necessário, ajustado ao seu valor de recuperação.

A vida útil e os valores residuais dos bens são reavaliados e ajustados, se necessários, em cada data do balanço ou quando aplicáveis.

Ganhos e perdas com a venda de imobilizado de uso são registrados (pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) na demonstração do resultado, na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais”.

(i) Custos subsequentes

O custo de reparo ou manutenção de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem, quando for provável que os benefícios econômicos futuros incorporados ao bem fluam para o Modal e suas controladas, por mais de um ano, e o seu custo puder ser mensurado de maneira confiável. O valor contábil dos itens substituídos não é reconhecido. Demais custos de reparos e manutenção dos ativos tangíveis são reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

(ii) Depreciação

É calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, quando aplicável, utilizando o método linear para baixar o custo do imobilizado ao seu valor residual ao longo de sua vida útil estimada. As vidas úteis estimadas de itens do ativo imobilizado são as seguintes:

Descrição	Tempo de vida útil estimado
Instalações	10 anos
Móveis e equipamentos de uso	10 anos
Sistema de comunicação	5 anos
Sistema de processamento de dados	5 anos
Sistema de segurança	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

m) Operações de Arrendamento

Corresponde ao total dos pagamentos futuros a valor presente em contrapartida ao Ativo de Direito de Uso, depreciado de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados periodicamente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo financeiro correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco.

O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente das contraprestações do arrendamento que não são efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário. A taxa de juros incremental, é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Na determinação dessa taxa a Administração considerou o seu custo de captação, seu spread de risco, a taxa de retorno livre de risco e as garantias oferecidas em operações similares. Não há nenhum contrato oneroso que requereu um ajuste nos direitos de uso a serem registrados como ativos na data da adoção inicial.

Os direitos de uso decorrem de contratos de aluguel das salas que hospedam os escritórios do Banco, esses contratos possuem o prazo médio de 2 anos e 9 meses (2019 - 3 anos e 9 meses) e foram descontados a uma taxa nominal incremental média de 4,83% ao ano, considerando o fluxo estimado nominal de pagamentos. Na adoção ao IFRS 16/CPC 06, o Banco utilizou os seguintes expedientes práticos:

- Não aplicação dos requisitos de reconhecimento para arrendamentos que, na data da adoção inicial, possuíam prazos inferiores a 12 meses;
- Percepção tardia, considerando as renovações de contratos subsequentes, nos prazos de arrendamento.

n) Ativos intangíveis

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e que ocorrerá provavelmente a geração de benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis são compostos por:

Softwares: as licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Ágio: o ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos.

Adiantamento de intangível: referente a projetos que estão em fase de desenvolvimento no âmbito da estruturação de produtos e serviços de banco digital. A amortização ocorre de acordo plano de negócio preparado pela

administração, após a conclusão da etapa de desenvolvimento, homologação e testes. O prazo médio de amortização do ativo intangível é de cinco anos. O desenvolvimento é de uma plataforma unificada de um banco digital, com diversas funcionalidades, o projeto é controlado em subprojetos que entram em operação em momentos distintos.

(i) Custos subsequentes

Gastos subsequentes com softwares são capitalizados somente quando aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados no ativo específico aos quais se relacionam.

(ii) Amortização

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de relatório e ajustados, se apropriado. O tempo de vida útil estimado para software e projetos concluídos é de 5 anos.

o) Redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

É reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substanciais, independentemente de outros ativos ou grupo de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objetos de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável.

p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes são efetuados de acordo com o IAS 37/CPC 25, da seguinte forma:

Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras. Não existiam ativos contingentes em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Passivo contingente: é uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle do Modal ou uma obrigação presente não reconhecida porque não é provável uma saída de recurso. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como perda remota não requerem provisão e nem divulgação.

Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos, sendo objeto de provisão contábil. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente.

q) Passivos financeiros

São classificados como mensurados ao custo amortizado, exceto:

- Passivos financeiros ao valor justo no resultado. Esses passivos, incluindo derivativos que sejam passivos, devem ser mensurados subsequentemente ao valor justo;
- Passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para desreconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável;
- Contratos de garantia financeira: após o reconhecimento inicial, são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: a) o valor da provisão para perdas; e b) o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios da IFRS 15/CPC 47; e
- Compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado: são mensurados subsequentemente pelo maior valor entre: a) o valor da provisão para perdas; e b) o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido.

r) Provisões

São reconhecidas quando, como resultado de um evento passado, o Modal e suas controladas têm uma obrigação presente, legal ou construtiva, que pode ser estimada de modo confiável, e é provável que uma saída de benefícios econômicos será requerida para liquidar uma obrigação. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas notas explicativas, e os classificados como remotos não requerem provisão nem divulgação.

s) Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

A IFRIC 23/ICPC22 é efetiva para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A interpretação trata de impostos que estejam sob o escopo do IAS 12/CPC 32 – Tributos sobre o Lucro, no que se refere a realização e/ou aceitação de posições fiscais, por autoridades competentes. Caso haja incerteza de realização dos montantes, se faz necessária a verificação de probabilidade de ocorrência dessa alteração, para que os registros reflitam os montantes com confiabilidade. Quanto ao reconhecimento de obrigações legais, o Modal segue o disposto no IAS 37/CPC 25. Não houve impactos na adoção.

t) Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos reconhecidos no resultado.

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), à alíquota de 20% para instituições financeiras e equiparadas e 9% para subsidiárias não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

Também é observada pelo Banco e por suas controladas a prática contábil de constituição, no que for aplicável, de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base em expectativas de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

u) Outros ativos e passivos

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos), e provisão para perda, quando julgada necessária.

v) Benefícios a empregados

O Modal dispõe aos seus funcionários benefícios conforme as regras dispostas na IAS 19/CPC 33 - Benefícios a Funcionários:

(i) Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo são aqueles a serem pagos dentro de doze meses. Os benefícios que compõem esta categoria são: salários, participação nos resultados e benefícios não monetários.

(ii) Benefícios rescisórios

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o contrato de trabalho é rescindido antes da data normal de aposentadoria. O Banco disponibiliza assistência médica e curso de qualificação e/ou requalificação profissional aos seus funcionários, conforme estabelecido pelo sindicato da categoria, como forma de benefício rescisório.

(iii) Benefícios Pós Emprego

O Banco Modal não patrocina Planos de Benefícios Definidos e Planos de Contribuição Definida, contabilizados de acordo com a IAS 19 – Benefícios aos Empregados.

w) Pagamento baseado em ações

O Programa de Opções foi criado na modalidade “*Phantom Stock Option*”, por meio do qual o(a) beneficiário(a) não se torna sócio(a) de qualquer entidade integrante do Grupo Modal, mas tão somente adquire o direito a receber o valor financeiro correspondente à valorização do valor das ações do Grupo Modal, percebida no período de tempo entre a outorga e seu vencimento, na proporção de sua participação no programa, sem que haja emissão de novas ações e sem qualquer custo de aquisição para o(a) beneficiário(a).

O valor justo na data de outorga dos acordos de pagamentos baseado em ações concedidos aos empregados é reconhecido como despesa, com um correspondente aumento no passivo, durante o período em que os colaboradores adquirem o direito ao benefício. Para tal cálculo, aplica-se o percentual de outorga sobre a diferença entre o Patrimônio Líquido (“PL”) base da outorga e o PL projetado até o vencimento da opção, descontado a valor presente. Esse montante é ajustado pela estimativa da probabilidade de desligamentos voluntários (opções não exercíveis).

x) Patrimônio líquido

(i) Capital social

É constituído por ações ordinárias e preferenciais, conforme descrito na nota 20.

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

(ii) Dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP)

Aos acionistas do Banco é assegurado um dividendo anual de, no mínimo, 6% do capital social, não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária.

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas do Modal é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras no final do período, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral / Conselho de Administração.

(iii) Lucro por ação

O montante do lucro por ação foi determinado como se todos os lucros fossem distribuídos e calculados de acordo com os requerimentos da IAS 33/CPC 41 - Lucro por ação.

- Lucro básico por ação: é apresentado com base nas duas classes de ações, ordinárias e preferenciais, e é calculado pela divisão do lucro líquido atribuível à controladora pela média ponderada de ações de cada classe em circulação no exercício.

- Lucro diluído por ação: é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídos.

y) Partes relacionadas

O Modal possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado. Essas transações estão demonstradas na nota 31.

z) Reconhecimento de receitas e despesas

Receita é reconhecida na medida em que é provável que o benefício econômico seja transferido para o Banco e que a receita possa ser mensurada confiavelmente. As despesas são reconhecidas nas demonstrações financeiras dos períodos a que se referem, seguindo o conceito das normas aplicáveis.

Os critérios mais significativos utilizados pelo Modal para reconhecer suas receitas e despesas são os resumidos a seguir:

(i) Receitas com juros, despesas com juros e similares

São reconhecidas pelo regime de competência na demonstração do resultado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta os pagamentos e recebimentos futuros estimados em caixa durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

Ao calcular a taxa efetiva de juros, o Banco estima fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, mas não perdas de crédito futuras.

(ii) Receitas de prestação de serviços

Os reconhecimentos de receitas de serviços provindas de contratos com clientes acontecem de acordo com os princípios descritos no IFRS 15/CPC 47, pelo valor que reflita contraprestação a que a entidade espera ter direito em troca desses produtos ou serviços. O processo de reconhecimento de receitas ocorre de acordo com as seguintes etapas:

- Identificação do contrato e obrigações de desempenho;
- Determinação do preço da transação;
- Alocação do preço da transação; e
- Reconhecimento da receita após o cumprimento das obrigações de desempenho.

Despesas com serviços prestados e comissões pagas são apropriadas ao longo do período em que os serviços são prestados.

As tarifas e comissões atreladas a contratos de empréstimos, são reconhecidas nas linhas de receitas com juros, por integrarem o cálculo da taxa efetiva.

Se houver um instrumento financeiro associado e as receitas ou despesas provenientes das tarifas e comissões forem consideradas como parte da taxa de juros efetiva, deixam de ser reconhecidas pelo IFRS 15/CPC 47 e passam a ser reconhecidas considerando os preceitos do IFRS 9/CPC 48, de forma diferida no resultado pelo fluxo e prazo do instrumento financeiro.

(iii) Receita com dividendos e juros sobre o capital próprio

A receita de dividendos é reconhecida em linha específica na demonstração do resultado quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

(iv) Outras receitas e despesas

São reconhecidas quando for provável que os benefícios econômicos futuros ou custos serão realizados/incorridos pelo Banco, respeitando o prazo e características da relação contratual que lhes deram origem.

aa) Garantias financeiras

Garantias financeiras são contratos que requerem o Grupo Modal a fazer pagamentos específicos perante o detentor da garantia financeira por uma perda que ele incorreu quando um devedor específico deixou de fazer o pagamento, conforme termos contratuais.

O Grupo Modal emite garantias financeiras aos seus clientes, no curso normal dos seus negócios bancários.

Após o reconhecimento inicial, o Modal mensura pelo maior valor entre: (i) o valor da provisão para perdas; e (ii) o valor inicialmente reconhecido menos, se apropriado, o valor acumulado da receita reconhecido de acordo com os princípios do CPC 47.

bb) Administração de fundos de investimentos

O Modal gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento e outras modalidades de investimento em favor de investidores.

cc) Operações por segmento

De acordo com o IFRS 8/CPC 22, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

- I. Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrer em despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade);
- II. Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho, e
- III. Para as quais informações financeiras distintas estejam disponíveis.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e que responde pela tomada de decisões estratégicas do Consolidado, é a Administração do Grupo, que é composta pelo Comitê Executivo (“Comex”).

4. Julgamentos e estimativas contábeis

A elaboração de Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS exige a aplicação de certas premissas e julgamentos relevantes que envolvem alto grau de incerteza e que podem produzir impacto material nas demonstrações financeiras. Em atendimento ao IFRS, a Administração aplica estimativas que podem alterar significativamente os montantes apresentados em nossas demonstrações financeiras consolidadas, sendo que os valores podem ser divergentes em cenários em que não são empregadas tais proposições. A seguir, estão descritas políticas contábeis adotadas que possuem elevada complexidade e norteiam aspectos relevantes na apuração de nossas operações.

As estimativas e julgamentos considerados mais relevantes pelo Modal estão detalhadas abaixo:

a) Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e cotas de fundo de investimento em participações

Existem técnicas específicas de avaliação do valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos e para os quais os preços e parâmetros de mercado não estão disponíveis. Tal apuração incorpora premissas sob julgamento da Administração, a qual leva em consideração a avaliação das informações e circunstâncias de mercado.

- Método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros (método aplicável principalmente para instrumentos de dívida, *swaps* “*vanilla*” e operações a termo): os fluxos de caixa futuros esperados são descontados ao valor presente utilizando-se as curvas calculadas com base em dados observáveis de mercado (DIs, DDIs Futuros e etc);
- Modelo Black&Scholes de avaliação de instrumentos financeiros (principalmente operações de opções e swaps): determinadas informações observáveis de mercado, tais como a diferença entre a oferta de compra e a de venda, taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado, são utilizados como “inputs” no modelo Black&Scholes com o propósito de se apurar o valor justo dos instrumentos financeiros avaliados sob este modelo;
- Método de desconto ao valor presente para avaliação de instrumentos financeiros complexos ou sem liquidez (método utilizado para avaliar, principalmente, fundos de investimento em participações): nesses casos a administração utiliza significativo grau de julgamento para determinar o modelo utilizado mediante seleção de dados específicos e em alguns casos, são aplicados ajustes de avaliação ao valor do modelo ou preço cotado para instrumentos financeiros que não são negociados ativamente. As metodologias usadas para avaliar os valores justos desses instrumentos estão descritas na nota 3(h);

b) Estimativas de resultados para fins de realização do crédito tributário

A realização do crédito tributário é fundamentada em projeções de receitas das diferentes unidades de negócio do Banco, que possuem incertezas. Essa avaliação está suportada no planejamento estratégico da entidade e são devidamente submetidos aos órgãos de governança.

c) Provisão para perdas por redução ao valor recuperável de operações de crédito

As exigências de *impairment* previstas no IFRS 9/CPC 48 introduziram um modelo de perda de crédito esperada ao invés de um modelo de perda incorrida, como era feito até então pela norma IAS 39/CPC 38. A mensuração da provisão para perda esperada de crédito considera premissas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento ou redução significativa no risco de crédito: A partir do acompanhamento de indicadores de risco de crédito, do monitoramento contínuo da situação financeira das contrapartes e de informações públicas, consegue-se determinar se houve acréscimo ou decréscimo significativo no risco de crédito.

d) Redução do valor recuperável (*impairment*) de ativos não financeiros

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros envolve estimativas e julgamentos significativos, incluindo a identificação de unidades geradoras de caixa e suas respectivas estimativas dos potenciais benefícios econômicos futuros.

O teste de perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros é realizado no mínimo anualmente, de forma a apurar se há alguma indicação de que um ativo possa ter sofrido desvalorização. Se houver alguma indicação, o Modal estima o valor recuperável do ativo que é o maior entre: i) seu valor justo menos os custos para vendê-lo; e ii) o seu valor em uso. Se o valor recuperável do ativo for menor que o seu valor contábil, o ativo é reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma provisão para perda, que é reconhecida na Demonstração do Resultado.

5. Segmentos operacionais

O Grupo avalia os seus segmentos com base nas diretrizes estabelecidas principal tomador de decisões estratégicas e operacionais da companhia (Comitê Executivo - Comex). Em 31 de dezembro de 2020, o Comex considera todo o grupo como um único segmento operacional reportável “modalmais”, monitorando as operações, tomando decisões sobre alocação de recursos e avaliando o desempenho com base em um único segmento operacional. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as operações eram verificadas em quatro segmentos reportáveis dos quais três foram descontinuados.

- **Merchant Banking:** segmento relacionado as atividades de Banco de Investimento, preponderantemente Investimentos em fundos de investimento em participações e ações de companhias fechadas geridos pela antiga área de *Private Equity* do Banco e Bens não de uso proveniente de execução de garantias dadas em operações de crédito;
- **Crédito Corporate:** Operações de crédito de capital de giro e títulos e valores mobiliários cujo modelo de negócios consiste em manter para obter fluxos de caixas contratuais com características de crédito concedidos a contrapartes que sejam organizações ou Grupos Empresariais. Em 6 de novembro de 2019, por meio do instrumento de cessão de créditos, o Banco Modal descontinuou esse segmento, o que acarretou na cessão de parte substancial da sua carteira de crédito conforme nota 11;
- **Administração Fiduciária:** Por meio das controladas Modal Asset Management Ltda. ("MAM") e Modal administradora de Recursos Ltda. ("MAR"), o Banco realizava a administração e gestão de fundos de investimento de fundos ilíquidos. Em meados de 2019, o Banco iniciou o processo de cisão da operação de Administração Fiduciária (nota 11); e
- **Banco Digital modalmais:** O modalmais é uma plataforma digital de investimentos integrada a um banco digital com alto viés tecnológico que unifica operações do Banco Modal e da Modal DTVM para oferta através de atividades de prestação de serviços bancários, oferta de ampla variedade de opções de investimentos, estruturação e distribuição de títulos e valores mobiliários e intermediação financeira, assim como operações de câmbio e hedge para clientes.

Em suas avaliações, o Comex não verifica dados de posição financeira e patrimonial, concentrando suas análises no desempenho das operações de cada unidade de negócio.

a) Demonstração do resultado gerencial por segmento

			2020		
	Total	Modalmais	Abertura dos Segmentos Operações descontinuadas	Merchant Banking	Descontinuados Administração Fiduciária
Receitas de juros e rendimentos similares	104.087	104.087	-	-	-
Ao Custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	104.087	104.087	-	-	-
Despesas de juros e similares	(74.951)	(65.303)	(9.648)	(9.648)	-
Ao Custo amortizado	(74.951)	(65.303)	(9.648)	(9.648)	-
Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	74.169	88.729	(14.560)	(14.560)	-
Receita de prestação de serviços	253.664	185.691	67.973	201	67.772
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	31.413	31.413	-	-	-
Resultado na venda de Operações de Crédito	(52)	(52)	-	-	-
Perdas esperadas de Ativos Financeiros	(3.765)	(3.765)	-	-	-
Operações de Crédito	(3.765)	(3.765)	-	-	-
Resultado de intermediação financeira e serviços	384.565	340.800	43.765	(24.007)	67.772
Despesas com pessoal	(118.680)	(100.618)	(18.062)	(2.283)	(15.779)
Despesas tributárias	(30.676)	(25.559)	(5.117)	(13)	(5.104)
Despesas gerais e administrativas	(169.159)	(149.723)	(19.436)	(5.318)	(14.118)
Resultado de participação em coligadas e controladas	2.194	2.194	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(10.170)	(1.213)	(8.957)	(459)	(8.498)
Provisões e passivos contingentes	(1.094)	(1.094)	-	-	-
Resultado antes da tributação	56.980	64.787	(7.807)	(32.080)	24.273
Impostos sobre a Renda					
Correntes	(22.269)	(20.092)	(2.177)	11.432	(13.609)
Diferidos	(7.633)	(1.447)	(6.186)	3.000	(9.186)
Lucro líquido (prejuízo) Consolidado do exercício	27.078	43.248	(16.170)	(17.648)	1.478

Banco Modal S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



			Abertura dos Segmentos Descontinuados			2019
	Total	Modalmais	Operações descontinuadas	Merchant Banking	Crédito Corporate	Administração Fiduciária
Receitas de juros e rendimentos similares	138.500	115.662	22.838	-	22.838	-
Ao Custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	138.500	115.662	22.838	-	22.838	-
Despesas de juros e similares	(138.351)	(100.033)	(38.318)	(16.703)	(21.615)	-
Ao Custo amortizado	(138.351)	(100.033)	(38.318)	(16.703)	(21.615)	-
Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	69.092	55.658	13.434	12.701	733	-
Receita de prestação de serviços	219.785	161.383	58.402	936	-	57.466
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	21.788	16.866	4.922	-	-	4.922
Resultado na venda de Operações de Crédito	(2.316)	-	(2.316)	-	(2.316)	-
Perdas esperadas de Ativos Financeiros	19.137	(2.147)	21.284	-	21.284	-
Operações de Crédito	19.137	(2.147)	21.284	-	21.284	-
Resultado de intermediação financeira e serviços	327.635	247.389	80.246	(3.066)	20.924	62.388
Despesas com pessoal	(78.378)	(60.485)	(17.893)	(2.466)	(4.190)	(11.237)
Despesas tributárias	(21.687)	(17.204)	(4.483)	(32)	(13)	(4.438)
Despesas gerais e administrativas	(144.357)	(110.168)	(34.189)	(2.830)	(10.658)	(20.701)
Resultado de participação em coligadas e controladas	2.770	2.770	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	(21.102)	(9.298)	(11.804)	34	(691)	(11.147)
Provisões e passivos contingentes	(2.983)	(2.983)	-	-	-	-
Resultado antes da tributação	61.898	50.021	11.877	(8.360)	5.372	14.865
Impostos sobre a Renda						
Correntes	(10.120)	(15.720)	5.600	9.233	7.020	(10.653)
Diferidos	(4.274)	12.571	(16.845)	(7.031)	(9.814)	-
Lucro líquido (prejuízo) Consolidado do exercício	47.504	46.872	632	(6.158)	2.578	4.212

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidades	182	202
Reservas livres	58.417	1.791
Disponibilidades em moeda estrangeira	225.115	28.727
Caixa	283.714	30.720
Aplicações interfinanceiras de liquidez ⁽¹⁾	1.773.878	471.753
Caixa e equivalentes de caixa	2.057.592	502.473

⁽¹⁾ Inclui as operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias. Essas operações foram praticadas a uma taxa média de 3,3% a.a. (2019 – 4,8% a.a.).

7. Ativos Financeiros - Títulos e Valores Mobiliários

a) Composição

Os instrumentos de dívida e de capital, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, estão compostos como segue:

Classificação	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor Justo	Valor de Curva	Ajuste ao valor justo	Valor Justo	Valor de Curva	Ajuste ao valor justo
Instrumentos financeiros ao valor justo no resultado (VJR)						
Instrumentos de dívida	297.911	295.750	2.161	479.212	478.489	723
Instrumentos de capital	37.801	37.801	-	27.183	27.066	117
Total	335.712	333.551	2.161	506.395	505.555	840
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)						
Instrumentos de dívida	892.544	891.783	761	956.791	956.476	315
Total	892.544	891.783	761	956.791	956.476	315
Instrumentos financeiros ao custo amortizado (CA) ⁽¹⁾						
Instrumentos de dívida	-	-	-	130.287	130.287	-
Total	-	-	-	130.287	130.287	-
Títulos e valores Mobiliários	1.228.256	1.225.334	2.922	1.593.473	1.592.318	1.155

⁽¹⁾ Os saldos de provisão para perda esperada referente aos títulos avaliados ao custo amortizado estão disponíveis na nota explicativa 10.a.

b) Composição por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento:

A composição, por classificação, tipo de papel e prazo de vencimento dos Instrumentos de Dívida e de Capital é a seguinte:

Papel / Vencimento	31/12/2020							Total
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)								
CRI	-	-	-	1.992	1.974	-	-	3.966
CRA	-	-	-	1.515	4.673	295	-	6.483
Ações de companhias fechadas	1.004	-	-	-	-	-	-	1.004
Cotas de fundos multimercado	-	-	-	-	-	-	25.678	25.678
Cotas de fundos Renda Fixa	-	-	-	-	-	-	11.119	11.119
COE	-	-	-	15	1	1.487	-	1.503
Debêntures	-	-	-	1.439	4.211	14.301	21.491	41.442
LFT	-	33.631	7.839	164.623	37.894	530	-	244.517
Total	1.004	33.631	7.839	169.584	48.753	16.613	58.288	335.712
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)								
CDB	-	67	181	125	196	182	-	751
LC	-	-	-	319	6	-	-	325
LCI	-	20	110	187	10	-	-	327

Banco Modal S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



LCA	-	157	64	254	-	-	-	475
NTN	-	-	-	-	-	2	419	421
TDA	-	-	-	-	-	1	-	1
LTN	-	-	-	9	-	-	-	9
LFT	-	103.798	42.766	743.384	287	-	-	890.235
Total	-	104.042	43.121	744.278	499	185	419	892.544
Instrumentos financeiros ao custo amortizado (CA)								
Total	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Geral	1.004	137.673	50.960	913.862	49.252	16.798	58.707	1.228.256

31/12/2019

Papel / Vencimento	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado (VJR)								
CRI	-	-	-	-	8.254	10.472	-	18.726
CRA	-	-	125	180	3.330	81	-	3.716
Ações de companhias abertas	1.403	-	-	-	-	-	-	1.403
Ações de companhias fechadas	703	-	-	-	-	-	-	703
Debêntures	-	-	-	328	1.779	19.974	-	22.081
COE	-	-	95	-	47	-	-	142
LFT	-	50.717	14.009	64.067	293.890	983	10.881	434.547
Cotas de fundos multimercado	-	-	-	-	-	-	25.077	25.077
Total	2.106	50.717	14.229	64.575	307.300	31.510	35.958	506.395
Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)								
NTN	-	-	173	256	-	2	425	856
TDA	-	-	1	-	-	-	-	1
LTN	-	-	-	9	-	-	-	9
CDB	-	1	2	80	26	25	-	134
LC	-	-	20	3	1	-	-	24
LCI	-	-	-	51	-	-	-	51
LFT	-	247.199	30.017	338.638	287.641	52.221	-	955.716
Total	-	247.200	30.213	339.037	287.668	52.248	425	956.791
Instrumentos financeiros ao custo amortizado (CA)								
CCI	-	-	-	-	20.382	19.663	-	40.045
NP	-	-	42.943	-	-	-	-	42.943
LFT	-	-	47.299	-	-	-	-	47.299
Total	-	-	90.242	-	20.382	19.663	-	130.287
Total Geral	2.106	297.917	134.684	403.612	615.350	103.421	36.383	1.593.473

8. Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do Resultado - Derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são compostos pelas operações de contratos futuros, swap e termo. São classificados de acordo com a intenção da Administração, na data da contratação da operação, levando em conta se sua finalidade é para proteção contra risco (hedge) ou não.

O Modal participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender à sua estratégia e às necessidades de seus clientes, no sentido de reduzir a exposição a riscos de mercado, de moeda e de taxas de juros. A administração desses riscos é efetuada por meio de políticas, que definem a estratégia de operação, assim como os controles de acompanhamento e os limites de posição.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos e dos respectivos objetos de hedge é apurado utilizando-se das informações de mercado disponíveis, principalmente os preços e as taxas divulgados pela B3 S.A. Quando aplicáveis, são utilizados modelos matemáticos de interpolação de taxas para os prazos intermediários e de extrapolação de taxas para os prazos superiores. Para a apuração do valor justo dos contratos de swap, foi utilizado o fluxo de caixa futuro, descontado a valor presente pelas curvas de juros futuros obtidas na B3 S.A. ajustado pelo risco de crédito de contraparte (*Credit Value Adjustment - CVA*).

Representados substancialmente por “hedge” de captações do próprio Modal e por estratégias de investimentos de clientes nos mercados de moedas, commodities e juros, nacional e/ou internacional, registradas na B3. As operações de derivativos realizadas junto a clientes são neutralizadas de modo a eliminar os riscos de mercado para o Modal.

a) Composição dos derivativos (ativos e passivos)

A tabela abaixo demonstra o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, registrados como ativos e passivos:

	31/12/2020			31/12/2019		
	Custo atualizado	Valor justo	Resultado não realizado	Custo atualizado	Valor justo	Resultado não realizado
Posição ativa						
Opções de compra – ativos financeiros	316	455	139	16	15	(1)
Compra a termo a receber	26.718	26.056	(662)	14.373	14.056	(317)
Venda a termo a receber	60.649	60.701	52	4.035	3.978	(57)
Diferencial de contratos de “swap”	38	38	-	27	27	-
Câmbio comprado a liquidar	-	-	-	452	452	-
Direitos sobre venda de câmbio	-	-	-	-	-	-
Certificado de operação estruturada – COE	7	7	-	42	42	-
Totais	87.728	87.257	(471)	18.945	18.570	(375)
Posição passiva						
Prêmios de opções lançadas	(310)	(455)	145	-	-	-
Venda a termo a pagar	(2.397)	(2.000)	(395)	(4.768)	(4.644)	(124)
Compra a termo a pagar	(6.325)	(6.868)	543	(12.148)	(13.223)	1.075
Diferencial de contratos de “swap”	-	(7.327)	7.327	(28.435)	(28.450)	15
Câmbio vendido a liquidar	-	-	-	(157)	(157)	-
Obrigações por compra de câmbio	-	-	-	(449)	(449)	-
Totais	(9.032)	(16.650)	7.620	(45.957)	(46.923)	966

b) Valor dos instrumentos financeiros derivativos por indexador

				31/12/2020
	Local de Custódia	Posição Comprada	Posição Vendida	Exposição Líquida
Opções(Ativos financeiros)				
Commodities-compra	NYBOT	6.563	(6.563)	-
Mercado futuro				
Taxa de juros	B3	214.901	(66.990)	147.911
Moeda	B3	181.885	(404.017)	(222.132)
Commodities	B3	-	(59.072)	(59.072)
Índice	B3	-	(1.451.033)	(1.451.033)
Cupom Cambial	B3	-	(181.945)	(181.945)
Índice de preço – DAP	B3	-	-	-
Commodities	NYBOT	89.762	-	89.762
Taxa de juros	CME	-	(138.473)	(138.473)
Commodities	CME	59.928	-	59.928
Índice	CME	1.460.916	-	1.460.916
Moeda	CME	-	-	-
Índice	CBOE	-	-	-
Moeda	EUREX	-	-	-
Commodities	SGX	-	(24.839)	(24.839)
Índice	ICE-US	-	-	-
Commodities	ICE-US	-	(51.433)	(51.433)
Mercado a termo				
Moeda	B3	246.585	(263.756)	(17.171)
Commodities	B3	98.163	(181.909)	(83.746)
"Swap"				
Taxa de juros	B3	-	(1.751)	(1.751)
Moeda	B3	-	-	-
Commodities	B3	-	-	-
Índice de bolsa	B3	1.788	-	1.788
Ação	B3	-	-	-
Outros instrumentos derivativos				
COE	B3	15	-	15

				31/12/2019
	Local de Custódia	Posição Comprada	Posição Vendida	Exposição Líquida
Opções(Ativos financeiros)				
Commodities-compra	NYBOT	1.834	-	1.834
Mercado futuro				
Taxa de juros	B3	30.974	(133.177)	(102.203)
Moeda	B3	139.059	(824.602)	(685.543)
Commodities	B3	2.579	(5.973)	(3.394)
Índice	B3	1.158.940	(452.991)	705.949
Cupom Cambial	B3	274.590	(275.077)	(487)
Índice de preço – DAP	B3	-	(4.622)	(4.622)
Commodities	NYBOT	56.644	(1.969)	54.675
Taxa de juros	CME	57.966	-	57.966
Commodities	CME	5.977	-	5.977
Índice	CME	453.805	-	453.805
Moeda	CME	1.339	-	1.339
Índice	CBOE	59	-	59
Moeda	EUREX	-	(51.532)	(51.532)
Commodities	SGX	-	(3.742)	(3.742)
Índice	ICE-US	-	(1.162)	(1.162)
Commodities	ICE-US	121	(110.310)	(110.189)
Mercado a termo				
Moeda	B3	780.745	(175.980)	604.765
Commodities	B3	103.519	(77.755)	25.764
"Swap"				
Taxa de juros	B3	1.281	(1.266)	15
Moeda	B3	61.454	(61.845)	(391)
Commodities	B3	1.898	(1.908)	(10)
Índice de bolsa	B3	1.132.095	(1.160.100)	(28.005)
Ação	B3	1.371	(1.403)	(32)
Outros instrumentos derivativos				
COE	B3	32	-	32

c) Abertura por vencimento - valor de referência (principal)

	31/12/2020					
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Opções (ativos financeiros)						
Posição comprada	6.563	-	-	-	-	6.563
Posição vendida	(6.563)	-	-	-	-	(6.563)
Mercado futuro						
Posição comprada	-	-	-	(396.920)	26.510	(370.410)
Posição vendida	-	-	-	1.930.868	76.524	2.007.392
	-	-	-	(2.327.788)	(50.014)	(2.377.802)
Mercado a termo						
Posição comprada	(32.053)	(75.330)	(63.451)	26.180	43.737	(100.917)
Posição comprada	34.068	138.910	73.506	54.526	43.737	344.747
Posição vendida	(66.121)	(214.240)	(136.957)	(28.346)	-	(445.664)
"Swap"						
Posição ativa	-	37	-	-	-	37
Posição passiva	-	1.788	-	-	-	1.788
Posição passiva	-	(1.751)	-	-	-	(1.751)

Banco Modal S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



“COE”	-	-	-	-	15	15
Posição ativa					15	15

	31/12/2019					
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Opções (ativos financeiros)	-	1.834	-	-	-	1.834
Posição comprada	-	1.834	-	-	-	1.834
Mercado futuro	(28.056)	472.599	4.986	(100.560)	(32.073)	316.896
Posição comprada	141.697	1.974.053	18.463	16.866	30.974	2.182.053
Posição vendida	(169.753)	(1.501.454)	(13.477)	(117.426)	(63.047)	(1.865.157)
Mercado a termo	(58.788)	488.737	70.367	123.794	6.419	630.529
Posição comprada	20.087	601.471	108.088	148.209	6.419	884.274
Posição vendida	(78.875)	(112.734)	(37.721)	(24.415)	-	(253.745)
"Swap"	(6)	(28.417)	-	-	-	(28.423)
Posição ativa	438	1.197.661	-	-	-	1.198.099
Posição passiva	(444)	(1.226.078)	-	-	-	(1.226.522)
“COE”	-	-	-	-	32	32
Posição ativa	-	-	-	-	32	32

d) Abertura por vencimento - diferencial a receber (pagar)

	31/12/2020					
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Valores a receber	4.345	37.215	40.526	2.581	2.590	87.257
“Swap”	-	38	-	-	-	38
Mercado a Termo	3.883	37.177	40.526	2.581	2.590	86.757
Ativos Financeiros	455	-	-	-	-	455
“COE”	7	-	-	-	-	7
Valores a pagar	(9.492)	(2.648)	(1.546)	(1.890)	(1.074)	(16.650)
Mercado a Termo	(1.710)	(2.648)	(1.546)	(1.890)	(1.074)	(8.868)
Ativos Financeiros	(7.782)	-	-	-	-	(7.782)

	31/12/2019					
	Até 30 dias	De 31 a 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	Total
Valores a receber	1.381	11.463	686	4.546	42	18.118
Opção de Compra	-	15	-	-	-	15
“Swap”	7	20	-	-	-	27
Mercado a Termo	1.374	11.428	686	4.546	-	18.034
“COE”	-	-	-	-	42	42
Valores a pagar	(1.433)	(37.512)	(4.310)	(2.870)	(192)	(46.317)
“Swap”	(13)	(28.437)	-	-	-	(28.450)
Mercado a Termo	(1.420)	(9.075)	(4.310)	(2.870)	(192)	(17.867)

e) Hedge econômico

O Banco utiliza diferentes instrumentos financeiros para hedge econômico tais como opções, a termo, futuro e de swap com ajuste periódico. A utilização desses instrumentos tem o objetivo de hedge das posições da tesouraria em mercados, visando adequar o nível de risco existente na carteira sempre que a área de risco julgue necessário.

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o hedge das exposições em dólar e IPCA são apresentados da seguinte forma:

(i) O "hedge" da exposição de dólar:

Instrumento	31/12/2020		31/12/2019	
	Posição Comprada	Posição Vendida	Posição Comprada	Posição Vendida
<i>Non Deliverable Forward</i> – NDF ⁽¹⁾	253.970	(224.727)	768.836	(148.854)
Mercado Futuro	-	(404.016)	276.259	(962.718)
Disponibilidade em ME - dólar spot	373.774	-	67.971	-
Total geral	627.744	(628.743)	1.113.066	(1.111.572)

⁽¹⁾ Representa o valor do contrato padrão na B3 S.A., atualizado até a data-base.

(ii) O "hedge" de exposição no indexador IPCA é composto da seguinte forma:

Instrumento ⁽¹⁾	31/12/2020		31/12/2019	
	Posição Comprada	Posição Vendida	Posição Comprada	Posição Vendida
Operações de crédito	51.177	-	26.087	-
Títulos públicos (NTN-B) ⁽²⁾	-	(39.378)	855	(13.762)
Índice de preço BM&F - DAP	-	-	-	(4.618)
Total geral	51.177	(39.378)	26.942	(18.380)

⁽¹⁾ Os valores acima representam o principal atualizado pela taxa pactuada em cada operação.

⁽²⁾ A posição vendida refere-se à captação em operações compromissadas com livre movimentação, onde vendemos o lastro e temos a obrigação de recompra dos títulos até o vencimento da operação.

9. Ativos Financeiros mensurados pelo custo amortizado - Operações de Crédito

a) Composição

A tabela abaixo mostra as operações de crédito e outros créditos categorizadas por modalidade de crédito e classificação interna, bem como a correspondente provisão para perda para cada uma das categorias:

Modalidade de crédito	31/12/2020		31/12/2019	
	Total	Perda esperada	Total	Perda esperada
Empréstimos e títulos descontados ¹	106.523	(7.993)	41.206	(4.198)
Outros Créditos	21.298	(13)	50.719	(14)
Total	127.821	(8.006)	91.925	(4.212)

¹ – Composto por operações de crédito colateralizados, empréstimos e operações que tem por objetivo *cross-selling* para operações no banco digital modalmais.

b) Concentração de Crédito

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Maiores devedores				
10 maiores devedores	95.256	74,5%	82.420	89,7%
50 seguintes maiores devedores	16.828	13,2%	5.828	6,3%
100 seguintes maiores devedores	1.686	1,3%	995	1,1%
Demais devedores	14.051	11,0%	2.682	2,9%
Total	127.821	100,0%	91.925	100,0%

c) Concentração por setor de atividades

Setor	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor	%	Valor	%
Comércio	315	0,2%	552	0,6%
Serviços	87.037	68,1%	38.098	41,4%
Física	40.469	31,7%	53.275	58,0%
Total	127.821	100,0%	91.925	100,0%

d) Faixas de vencimento

	31/12/2020						Total
	Vencidos			A vencer			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	
Empréstimos e títulos descontados	5.062	1.768	3.154	11.229	16.462	68.848	106.523
Outros Créditos	-	-	-	6.417	4.617	10.264	21.298
Total	5.062	1.768	3.154	17.646	21.079	79.112	127.821

	31/12/2019						Total
	Vencidos			A vencer			
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	
Empréstimos e títulos descontados	2.229	1.193	1.792	5.536	5.079	25.377	41.206
Outros Créditos	-	-	-	30.713	9.333	10.673	50.719
Total	2.229	1.193	1.792	36.249	14.412	36.050	91.925

10. Ativos financeiros por estágio de risco e movimentação da provisão para perdas de crédito esperada

Periodicamente o Grupo Modal avalia as perdas de crédito esperadas dos ativos financeiros, que consideram a experiência histórica de perdas de créditos dos diferentes tipos de carteiras, a qualidade e as características atuais dos clientes e das operações. As principais variáveis macroeconômicas utilizadas neste processo são taxas de juros brasileira, índices de inflação e índices de atividade econômica (PIB).

A estimativa de perda esperada dos ativos financeiros é dividida em três categorias (estágios):

- Estágio 1: Ativos financeiros que não apresentaram aumento significativo no risco de crédito;
- Estágio 2: Ativos financeiros que apresentaram aumento significativo no risco de crédito; e
- Estágio 3: Ativos financeiros que apresentaram indicativos de que não serão honrados integralmente.

A mensuração da perda de crédito esperada requer aplicação de premissas significativas, tais como:

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Prazo: o Grupo Modal considera a data de vencimento residual da operação como prazo máximo sobre o qual estará exposto ao risco de crédito do instrumento financeiro. Entretanto, ativos que não tenham vencimento determinado têm a vida esperada estimada com base no período de exposição ao risco de crédito histórico da carteira.

Aumento significativo no risco de crédito: o Grupo Modal avalia diversos fatores para determinar um aumento significativo no risco de crédito, tais como: a contraparte, o tipo e as características do produto, frequência e histórico de renegociações, avaliação de agentes externos ao Grupo Modal (como relatórios de rating emitidos por agências de risco), considerando os seguintes critérios objetivos como fatores mínimos:

- Estágio 1 para estágio 2: atraso superior a 45 dias; e
- Estágio 2 para estágio 3: atraso superior a 90 dias e indicativos de deterioração na qualidade de crédito, como renegociações recorrentes, entre outros.

Melhoria no risco de crédito: para determinar a redução do risco de crédito de um ativo financeiro, o Grupo Modal avalia, principalmente, o cumprimento das condições de renegociação da operação-objeto (repactuação de termos contratuais, pagamento relevante de parte do ativo financeiro e/ou adimplência de parcelamentos realizados) e reinicia o acompanhamento periódico das premissas determinantes do aumento significativo no risco de crédito.

Informações prospectivas: a IFRS 9/CPC 48 requer uma estimativa ponderada e imparcial da perda de crédito que incorporem previsões de condições econômicas futuras. O Grupo Modal utiliza informações macroeconômicas prospectivas e informações públicas com projeções para determinar o impacto dessas estimativas na determinação da perda de crédito esperada.

Avaliação individual ou coletiva

Para fins de avaliação coletiva, os ativos financeiros são agrupados com base em características de risco de crédito compartilhado, levando em consideração o tipo de instrumento, as classificações de risco de crédito, a data de reconhecimento inicial, os históricos médios de perdas e recuperações da carteira entre outros fatores relevantes.

Para fins de avaliação individual, os ativos financeiros e as garantias financeiras concedidas aos nossos clientes (nota 3.v e nota 33) têm seu risco de crédito avaliado, considerando principalmente: (i) o histórico de outras operações de crédito concedidas anteriormente às garantias financeiras (ii) histórico de renegociação de operações, quando houver; (iii) análise qualitativa do risco de crédito por meio de dados internos e externos à nossa organização, como ratings emitidos por agências de risco e relatórios emitidos e publicados pelas companhias ao mercado e; (iv) análise quantitativa do risco de crédito que inclui a avaliação de dados financeiros disponíveis; histórico de restrições do devedor, quando houver; histórico de operações de crédito com outras instituições financeiras, quando publicamente divulgadas; entre outras.

a) Abertura por estágio

	31/12/2020			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos e títulos descontados	73.097	33.959	20.765	127.821
Perdas esperadas	(121)	(2.433)	(5.452)	(8.006)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, líquidos de perdas esperadas	72.976	31.526	15.313	119.815
	31/12/2019			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado				
Empréstimos e títulos descontados	78.748	421	12.756	91.925
Títulos e valores mobiliários	82.988	-	-	82.988
Perdas esperadas	(63)	(8)	(4.170)	(4.241)
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, líquidos de perdas esperadas	161.673	413	8.586	170.672

b) Movimentação da perda esperada

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total ⁽²⁾
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(63)	(8)	(4.170)	(4.241)
Transferidos do Estágio 1	5	(1)	(4)	-
Transferidos do Estágio 2	-	-	-	-
Transferidos do Estágio 3 ⁽¹⁾	(3.366)	-	3.366	-
(Constituição) reversão de perda esperada para os próximos 12 meses	3.284	(2.432)	-	852
(Constituição) reversão de perda esperada até o vencimento	-	-	(5.022)	(5.022)
Reversões por liquidações/baixas de Operações de Crédito	19	8	378	405
Saldos em 31 de dezembro de 2020	(121)	(2.433)	(5.452)	(8.006)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total ⁽²⁾
Saldos em 31 de dezembro de 2018	(90)	(1.363)	(640)	(2.093)
Transferidos do Estágio 1	10	-	(10)	-
Transferidos do Estágio 2	(640)	655	(15)	-
Transferidos do Estágio 3 ⁽¹⁾	(640)	-	640	-
(Constituição) reversão de perda esperada para os próximos 12 meses	1.297	-	-	1.297
(Constituição) reversão de perda esperada até o vencimento	-	(8)	(4.145)	(4.153)
Reversões por liquidações/baixas de Operações de Crédito	-	708	-	708
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(63)	(8)	(4.170)	(4.241)

(1) Na movimentação das transferências das operações do estágio 1 para o estágio 3 ao longo do período, estas transitaram antes pelo estágio 2.

(2) Inclui perda de esperada para operações de garantias financeiras concedidas.

11. Ativos não circulantes mantidos para venda e operações descontinuadas

No intuito de direcionar as operações do Grupo para o segmento de varejo e oferta de produtos por meio da sua plataforma de Banco Digital, a Administração, representada pelo seu comitê executivo (COMEX), optou pela descontinuidade dos seus segmentos operacionais. Nesse contexto, o Grupo iniciou o esforço de venda das operações de Merchant Banking, Carteira de Crédito Corporate e de Administração Fiduciária de Fundos Ilíquidos. Por se tratarem de componentes relevantes da companhia que representam unidades de negócios separadas (nota 5), foram considerados como “operações descontinuadas”.

a. As principais classes de ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentadas a seguir:

	31/12/2020
	Merchant Banking
Caixa e equivalentes de caixa	5
Ativos Financeiros	
ao valor justo por meio do resultado - títulos e valores mobiliários	258.376
Outros Ativos Financeiros	13.706
Bens não de uso, líquidos de <i>impairment</i>	60.740
Imposto de renda recuperável	1
Ativos não circulantes mantidos para venda	332.828
Depósitos	29
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferidas ⁽¹⁾	11.809
Outras Obrigações Fiscais	1
Passivos associados a ativos não circulantes mantidos para venda	11.839

Banco Modal S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



	31/12/2019		
	Merchant Banking	Administração Fiduciária	Total
Caixa e equivalentes de caixa	-	3	3
Ativos Financeiros			
ao valor justo por meio do resultado - títulos e valores mobiliários	271.540	-	271.540
ao custo amortizado - títulos e valores mobiliários	30	-	30
Outros Ativos Financeiros	15.067	7.371	22.438
Bens não de uso, Líquidos de <i>impairment</i>	63.544	-	63.544
Outros ativos	10	1.408	1.418
Ativos Intangíveis	-	60.476	60.476
Ativos não circulantes mantidos para venda	350.191	69.258	419.449
Depósitos	351	-	351
Outros Passivos Financeiros	-	13	13
Provisões e Passivos Contingentes	160	-	160
Imposto de Renda e Contribuição Social – Correntes	-	468	468
Imposto de Renda e Contribuição Social – Diferidas ⁽¹⁾	17.552	194	17.746
Outras Obrigações Fiscais	-	3	3
Passivos associados a ativos não circulantes mantidos para venda	18.063	678	18.741
⁽¹⁾ O imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem do ajuste ao mercado de ativos. Dessa forma, na efetiva realização dos investimentos, as obrigações fiscais não serão transacionadas e serão arcadas pelo Banco.			
b. Os efeitos nos resultados dos períodos relativos à operação descontinuada estão apresentados a seguir:			
	2020		
	Merchant Banking	Administração Fiduciária	Total
Receitas de juros e rendimentos similares			
Ao Custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-	-
Despesas de juros e similares			
Ao Custo amortizado	(9.648)	-	(9.648)
Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(14.560)	-	(14.560)
Receita de prestação de serviços	201	67.772	67.973
Resultado na venda de Operações de Crédito	-	-	-
Perdas esperadas de Ativos Financeiros			
Operações de Crédito	-	-	-
Resultado de intermediação financeira e serviços	(24.007)	67.772	43.765
Despesas com pessoal	(2.283)	(15.779)	(18.062)
Despesas tributárias	(13)	(5.104)	(5.117)
Despesas gerais e administrativas	(5.318)	(14.118)	(19.436)
Outras receitas (despesas) operacionais	(459)	(8.498)	(8.957)
Resultado antes da tributação	(32.080)	24.273	(7.807)
Impostos sobre a Renda			
Correntes	11.432	(13.609)	(2.177)
Diferidos	3.000	(9.186)	(6.186)
Resultado com operações descontinuadas	(17.648)	1.478	(16.170)
Resultado por ação (básico em R\$) com operações descontinuadas			
Ações Ordinárias			(255,9276)
Ações Preferenciais			(256,0670)

Resultado por ação (diluído em R\$) com operações descontinuadas

Ações Ordinárias	(255,9276)
Ações Preferenciais	(256,0670)

	2019			
	Merchant Banking	Crédito Corporate	Administração Fiduciária	Total
Receitas de juros e rendimentos similares				
Ao Custo amortizado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	22.838	-	22.838
Despesas de juros e similares				
Ao Custo amortizado	(16.703)	(21.615)	-	(38.318)
Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	12.701	733	-	13.434
Receita de prestação de serviços	936	-	57.466	58.402
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial de Transações no Exterior	-	-	4.922	4.922
Resultado na venda de Operações de Crédito	-	(2.316)	-	(2.316)
Perdas esperadas de Ativos Financeiros				
Operações de Crédito	-	21.284	-	21.284
Resultado de intermediação financeira e serviços	(3.066)	20.924	62.388	80.246
Despesas com pessoal	(2.466)	(4.190)	(11.237)	(17.893)
Despesas tributárias	(32)	(13)	(4.438)	(4.483)
Despesas gerais e administrativas	(2.830)	(10.658)	(20.701)	(34.189)
Outras receitas (despesas) operacionais	34	(691)	(11.147)	(11.804)
Resultado antes da tributação	(8.360)	5.372	14.865	11.877
Impostos sobre a Renda				
Correntes	9.233	7.020	(10.653)	5.600
Diferidos	(7.031)	(9.814)	-	(16.845)
Resultado com operações descontinuadas	(6.158)	2.578	4.212	632
Resultado por ação (básico e diluído em R\$) com operações descontinuadas				
Ações Ordinárias				10,5069
Ações Preferenciais				10,5069

c. Os efeitos nos fluxos de caixa dos períodos relativos à operação descontinuada estão apresentados a seguir:

	2020		
	Merchant Banking	Administração Fiduciária	Total
Fluxos de caixa provenientes das operações			
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(17.648)	1.478	(16.170)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(3.000)	(9.186)	(12.186)
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	(20.648)	(7.708)	(28.356)
Variações em Ativos e Passivos			
Aumento (Redução) de Ativos financeiros ao custo amortizado	1.391	7.371	8.762
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	30.812	(1.478)	29.334
Aumento (Redução) de Ativos não correntes para venda	2.804	-	2.804
Aumento (Redução) de Outros ativos	10	559	569
(Aumento) Redução de Passivos financeiros ao custo amortizado	(322)	(13)	(335)

Banco Modal S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



(Aumento) Redução de Imposto de Renda e contribuição social diferidos	(2.743)	8.992	6.249
(Aumento) Redução de Provisões	(160)	-	(160)
Aumento (Redução) de Passivos Fiscais Corrente e Outras obrigações fiscais	1	(471)	(470)
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais	10.846	7.252	18.397
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento			
Alienação de intangível	-	60.476	60.476
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de investimento	-	60.476	60.476

				2019
	Merchant Banking	Crédito Corporate	Administração Fiduciária	Total
Fluxos de caixa provenientes das operações				
Lucro líquido (Prejuízo) do exercício	(6.158)	2.578	4.212	632
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(7.031)	(9.814)	-	(16.845)
Lucro líquido (prejuízo) ajustado	(13.189)	(7.236)	4.212	(16.213)
Variações em Ativos e Passivos				
Aumento (Redução) de Ativos financeiros ao custo amortizado	83.450	263.195	704	347.349
(Aumento) Redução de Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.338	(2.578)	(4.212)	(4.452)
Aumento (Redução) de Outros ativos	(10)	-	(12.484)	(12.494)
(Aumento) Redução de Passivos financeiros ao custo amortizado	(6.226)	-	6	(6.220)
(Aumento) Redução de Imposto de Renda e contribuição social diferidos	20.994	9.814	194	31.002
(Aumento) Redução de Provisões	160	-	-	160
Aumento (Redução) de Passivos Fiscais Corrente e Outras obrigações fiscais	(81)	-	(742)	(823)
Caixa líquido proveniente de atividades operacionais	87.436	263.195	(12.322)	338.309
Fluxos de caixa provenientes das atividades de investimento				
Alienação de investimentos	-	-	-	-
Alienação de intangível	-	-	(4.703)	(4.703)
Caixa gerado (utilizado) pelas atividades de investimento	-	-	(4.703)	(4.703)

11.1. Merchant Banking

11.1.1. Fundos de investimentos proprietários e Ações de companhia fechada

a) Composição dos investimentos

	31/12/2020	31/12/2019
FIP Novo Hotel Participações	91.738	122.529
FIP KSM Realty	83.503	94.397
FIP Seville	70.819	44.474
FIP Chardonnay	9.656	5.526
FIP BHG	1.459	2.029
Modal Gaia Institucional Imobiliário	-	1.493
FIP Performance	1.200	1.092
FIP Bratus	-	-

Fundos de investimentos

258.375

271.540

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Administração do Banco reafirmou em seu planejamento estratégico a manutenção dos ativos à venda e alinhou os esforços necessários a serem tomados para que obtivesse êxito na alienação desses ativos ao longo do ano. As principais vendas realizadas no exercício estão destacadas abaixo:

- Em maio de 2019, alienação da totalidade do CRI da 85ª série da 4ª emissão da MRV;
- Em novembro de 2019, alienação da totalidade do CRI da 77ª série de 4ª emissão da Jalles Machado.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração reavaliou o seu planejamento estratégico e decidiu pela manutenção dos ativos remanescentes a venda, elaborando assim uma estratégia de venda para esses ativos dentro dos 12 meses subsequentes. No entanto, aspectos alheios a vontade da entidade (Nota 37(g)), geraram grande volatilidade no ambiente econômico e congelamento de algumas operações no mercado. Dessa forma, para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2021, a administração reavaliou as condições de cada investimento e reafirmou o esforço de alienação dos mesmos. O Comex permanece empenhado e comprometido com a liquidação dos ativos e possíveis estratégias adotadas no plano de venda para o exercício subsequente.

b) Inputs de avaliação em investimentos avaliados ao valor justo

A tabela abaixo resume as informações quantitativas mais relevantes para a administração sobre os inputs não observáveis de instrumentos financeiros nível 3:

Investimento direto	Investimento indireto	Valor justo 31/12/2020	Valor justo 31/12/2019	Especialistas responsáveis ⁽¹⁾	Técnica de Valuation	Dados não observáveis utilizados na avaliação	Input em 31.12.2020	Input em 31.12.2019
FIP Novo Hotel	Novo Hotel Participações	91.738	122.529	(a)	Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	11,00%	7,20%
	Ícaro	26.117	38.025	(b)	Método evolutivo/ Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	4,00%	10,00%
	Cachambi	33.000	32.500	(c)	Método involutivo/ Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	8,00%	11,50%
FIP KSM	Extrema	5.953	24.612	(d)	Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	4,50%	7,85%
	Cidade de Lima	9.070	-	(e)	Método comparativo de dados do mercado/ Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	10,00%	-
FIP Chardonnay	Oldenburg	9.656	5.526	(f)	Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	10,90%	9,52%
FIP Seville	Evoltz	70.819	44.474	(g)	Fluxo de caixa descontado/ método dos ativos	Taxa de desconto	entre 7,2% e 7,4% por SPE	entre 9,5% e 10,5% por SPE

- a. 31.12.2020 – avaliador especialista da administração e 31.12.2019 - avaliador especialista da administração;
- b. 31.12.2020 - especialistas da administração e 31.12.2019 - especialistas da administração;
- c. 31.12.2020 - especialistas da administração e 31.12.2019 - avaliador externo;
- d. 31.12.2020 - especialistas da administração e 31.12.2019 - avaliador externo;
- e. Avaliado por especialistas terceirizados em todos os períodos;
- f. Avaliado por especialistas da administração em todos os períodos;
- g. Avaliado por especialistas terceirizados em ambos períodos.

c) Mensuração ao valor justo com base em inputs não observáveis

O quadro abaixo apresenta as movimentações nos ativos nível 3 durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Valor Justo
Saldo dos Investimentos em 1º de janeiro de 2019	267.723
Aplicações	2.317
Ajuste a valor justo	12.701
Recebimento de rendimentos	(8.448)
Reconhecimento de perdas	(2.753)
Saldo dos Investimentos em 31 de dezembro de 2019	271.540
Aplicações	4.634
Ajuste a valor justo	(16.309)
Recebimento de rendimentos	31
Amortização de cotas	(1.521)
Saldo dos Investimentos em 31 de dezembro de 2020	258.375

d) Análise de sensibilidade

31/12/2020

Fundo	Metodologia de precificação	Principais dados não observáveis	Coefficiente de sensibilidade (Cenários)	Impacto na avaliação do investimento
FIP NH Botafogo	Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	+0,25%	-5,45%
			-0,25%	+6,01%
KSM Realty I FIP - Empreendimento Extrema	Método involutivo / Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	+0,50%	-1,25%
			-0,50%	+1,28%
KSM Realty I FIP - Empreendimento Ícaro	Método exolutivo/ Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	+0,50%	-0,33%
			-0,50%	+0,33%
KSM Realty I FIP - Empreendimento Cachambi	Método involutivo/ Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	+0,50%	-0,50%
			-0,50%	+0,50%
KSM Realty I FIP - Empreendimento Cidade Lima	Método de comparação de dados de mercado	Taxa de desconto	+0,50%	-6,70%
			-0,50%	+6,51%
FIP Seville	Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	+0,25%	-2,58%
			-0,25%	+2,58%
FIP Chardonnay	Fluxo de caixa descontado	Taxa de desconto	+0,50%	-3,13%
			-0,50%	+3,56%

11.1.2. Bens não de uso

Os ativos recebidos em dação em pagamento são destinados a venda, uma vez que a entidade decide realizá-lo por meio de uma venda ou outra forma que não o uso e a percepção de fluxos de caixa desses ativos. Pela natureza e característica, todos estes ativos são classificados como mantidos para venda. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os saldos de Bens não de uso por natureza apresentavam a seguinte composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Terreno Residencial	10.875	10.975
Comercial	3.475	5.928
Hotelaria	46.240	46.491
	150	150
TOTAL	60.740	63.544

A Administração, como prática, avalia anualmente a existência de indicativos de *impairment* e contrata avaliadores

externos para a realização da avaliação. Em decorrência da pandemia da COVID19, considerado um indicativo pela Administração, o Banco realizou a avaliação dos seus principais BNDUs na data-base 31 de julho de 2020, ocasião em que reconheceu uma provisão para redução ao valor recuperável no montante de R\$ 351. Diante do viés de avanço nas profilaxias e medidas de combate a pandemia no segundo semestre de 2020, a administração não identificou indicativos de *impairment* portanto não realizou uma nova avaliação.

Na avaliação dos BNDUs o Modal contrata especialistas terceiros que avaliam os empreendimentos com base no método comparativo de preços de mercado, com exceção de empreendimentos comerciais que são avaliados pelo modelo de fluxo de caixa descontados. Em 31 de dezembro de 2020, a taxa de desconto praticada pelo avaliador foi de 8,5%, sendo essa a premissa mais sensível da avaliação.

O Banco avalia o BNDU, recebidos em execução de garantia, pelo menor valor entre o seu valor contábil e o seu valor justo apurado com base em laudos de avaliação deduzido das despesas de venda, sem depreciá-los. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Grupo realizou a venda de BNDUs no montante de R\$2.453 (2019 – R\$36.156). Em 31 de dezembro de 2020, a Administração do Grupo avaliou as condições dos ativos e permanece empenhada em realizar as operações por meio da venda dos ativos integrantes da carteira em até de 12 meses.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, o planejamento estratégico do Banco Modal S.A. previa a liquidação da participação do Banco Modal nos respectivos BNDUs. No entanto, aspectos alheios a vontade da entidade, geraram grande volatilidade no ambiente econômico. Esse cenário de volatilidade associado às incertezas geradas pelo ambiente de negócios e impediram que o Banco obtivesse êxito em suas negociações para liquidação desses investimentos.

Diante do exposto acima, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Administração do Banco reafirmou em seu planejamento estratégico a manutenção dos ativos à venda e alinhou os esforços necessários a serem tomados para que obtivesse êxito na alienação desses ativos ao longo do ano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o Banco alienou os seguintes empreendimentos:

Ano	Imóvel	Valor
2020	Apartamento localizado no bairro de Laranjeiras - Rio de Janeiro	2.453
2019	Terreno situado no município de Viana - Espírito Santo	34.833
2019	Unidades hoteleiras localizadas nos municípios de Belo Horizonte, Sete Lagoas e Lagoa Santa - Minas Gerais	1.273

Apesar do esforço da entidade e da liquidação substancial realizada no decorrer do exercício de 2019, diante dos esforços para a liquidação da carteira de Crédito Corporate (Nota 11.2), o Banco absorveu para sua carteira novos imóveis recebidos em dação, conforme abaixo:

- Em julho de 2019, apartamento localizado no Município e Estado do Rio de Janeiro;
- Em novembro de 2019, imóvel comercial localizado no Município de Ceilândia, no Distrito Federal;
- Em novembro de 2019, apartamento localizado no Município e Estado do Rio de Janeiro.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a administração reavaliou o seu planejamento estratégico e decidiu pela manutenção dos ativos remanescentes a venda, elaborando assim uma estratégia de venda para esses ativos dentro dos 12 meses subsequentes. No entanto, aspectos alheios a vontade da entidade (Nota 37(g)), principalmente geraram grande volatilidade no ambiente econômico e congelamento de algumas operações no mercado. Dessa forma, para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2021, a administração reavaliou as condições de cada investimento e reafirmou o esforço de alienação dos mesmos. O Comex permanece empenhado e comprometido com a liquidação dos ativos e dentre as possíveis estratégias adotadas no plano de venda para o exercício subsequente. Além disso, conforme Nota 11.2, o Banco descontinuou a sua carteira de Crédito Corporate, não há expectativas de que novas adições sejam realizadas aos Bens não de uso.

11.2. Crédito Corporate

Em 6 de novembro de 2019, por meio de Instrumento de Cessão e Aquisição de Cédula de Crédito, a administração concluiu o seu esforço de venda das operações de Crédito Corporate por meio da cessão, sem coobrigação, das referidas operações no montante de R\$249.844. Do montante cedido, R\$36.745 correspondem a debêntures e certificados de recebíveis imobiliários contabilizados na rubrica de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado. Nessa operação, a administração auferiu ganho na venda revertendo assim a provisão para perda esperada constituída para a carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A composição total das cessões de crédito, sem coobrigação, está demonstrada abaixo:

a) Cessão de crédito

	2019
Valor original contábil dos créditos cedidos	227.473
Valor das cessões dos créditos	225.142
Resultado nas cessões	(2.331)

11.3. Administração Fiduciária

Em 3 de janeiro de 2020, foi aprovado no Bacen o processo de cisão do segmento de Administração Fiduciária de fundos ilíquidos, essa aprovação foi publicada no DOU em 8 de janeiro de 2020. Em outubro de 2020, foi aprovada pelo Bacen a criação da MAF DTVM, empresa essa que legou esse segmento.

Em 27 de outubro de 2020, em comunicado ao mercado, foi anunciada a aquisição do segmento de Administração Fiduciária pelo Grupo Apex (“Apex”). Os acionistas do Banco e o Grupo Apex (“Apex”) anunciaram a essa aquisição por meio da compra da MAF DTVM, concluindo assim o esforço de venda do segmento. Essa operação ainda se encontra sob análise do órgão regulador e os acionistas do Banco e a Apex ainda aguardam a aprovação.

Em 31 de dezembro de 2019 o saldo de ativos não circulantes mantidos para venda referentes às operações da unidade de negócio de administração fiduciária compreendiam, majoritariamente, a recebíveis da atividade de administração de fundos de investimento e do ágio decorrente da expectativa de rentabilidade futura proveniente da aquisição da investida MAR. O ágio decorrente da expectativa de expectativa de rentabilidade futura, por ser ativo intangível de vida útil indefinida não é amortizado, mas testado anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável e em 31.10.2020 (data da efetivação da cisão) estava registrado pelo seu valor provável de realização.

Lucro por ação - Operações Descontinuadas

(i) Lucro por ação básico

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	2020	2019
Número de ações			65.200	62.000
Quantidade de ações em circulação	32.600	31.528	64.128	60.184
Média ponderada de ações em circulação - 2020	32.119	31.046	63.165	-
Média ponderada de ações em circulação - 2019	31.000	29.184	-	60.184
Lucro atribuído (R\$ mil)			(16.170)	632
Lucro básico por ações ordinárias (R\$)			(255,9276)	10,5069
Lucro básico por ações preferenciais (R\$)			(256,0670)	10,5069

(ii) Lucro por ação diluído

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	2020	2019
Número de ações			65.200	62.000
Quantidade de ações em circulação	32.600	31.528	64.128	60.184
Média ponderada de ações em circulação - 2020	32.119	31.046	63.165	-
Média ponderada de ações em circulação - 2019	31.000	29.184	-	60.184
Lucro atribuído (R\$ mil)			(16.170)	632
Lucro diluído por ações ordinárias (R\$ mil)			(255,9276)	10,5069
Lucro diluído por ações preferenciais (R\$ mil)			(256,0670)	10,5069

12. Investimentos em Coligadas

Em 31 de dezembro, a participação do Modal nas suas coligadas estava representada da seguinte forma:

	31/12/2020						
	Qtde de ações/cotas possuídas	Participação do Modal - %	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido/(prejuízo)	Valor contábil dos investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
KSM Desenvolvimento e Negócios Imobiliários Ltda.	6.499.999	99,99%	6.500	(39)	(7)	-	(23)
Novus Capital Gestora de Recursos ⁽¹⁾	96.250	27,50%	350	29.480	21.559	2.117	2.217
Total						2.117	2.194

	31/12/2019						
	Qtde de ações/cotas possuídas	Participação do Modal - %	Capital social	Patrimônio líquido	Lucro líquido/(prejuízo)	Valor contábil dos investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
KSM Desenvolvimento e Negócios Imobiliários Ltda.	3.7500.000	50,00%	7.500	(31)	(47)	-	(23)
Novus Capital Gestora de Recursos	105.000	30,00%	350	7.915	16.338	2.764	2.793
Total						2.764	2.770

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Novus Capital Gestora de Recursos (Novus), distribuiu dividendos de forma desproporcional no montante total de R\$6.414, sendo o montante de R\$1.406 cabendo ao Modal e o restante aos sócios controladores da entidade.

13. Ativo Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear, conforme mencionado na Nota 2 (I) (ii). Tais taxas representam adequadamente a vida útil-econômica dos bens.

Ativo Imobilizado	31/12/2019	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2020
Instalações	4.555	-	(2.829)	4.279	(1.785)	4.220
Móveis e equipamentos de uso	2.005	85	(627)	703	(410)	1.756
Sistemas de comunicação	393	53	(105)	61	(75)	327
Sistemas de processamento de dados	18.377	2.774	(728)	(123)	(5.037)	15.263

Banco Modal S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



Sistema de segurança	229	-	-	-	(40)	189
Imobilizado em curso	1.183	4.110	(373)	(4.920)	-	-
Total do Imobilizado	26.742	7.022	(4.662)	-	(7.347)	21.755

Ativo Imobilizado	31/12/2018	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	31/12/2019
Instalações	4.056	-	-	1.827	(1.328)	4.555
Móveis e equipamentos de uso	1.285	934	(1)	114	(327)	2.005
Sistemas de comunicação	323	31	-	104	(65)	393
Sistemas de processamento de dados	7.951	9.906	(1)	4.326	(3.805)	18.377
Sistema de segurança	169	53	-	44	(37)	229
Imobilizado em curso	323	7.275	-	(6.415)	-	1.183
Total do Imobilizado	14.107	18.199	(2)	-	(5.562)	26.742

14. Direitos de uso de arrendamentos

Os ativos de direito de uso e passivos de arrendamento correspondem ao aluguel de andares e salas comerciais dos escritórios corporativos. Os saldos e efeitos da contabilização no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estão apresentados, conforme abaixo:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativo		
Ativos de direito de uso - Imobilizado	12.124	16.912
Passivo e Patrimônio Líquido		
Passivo de arrendamento - Outros passivos financeiros (nota 19)	14.941	19.694

Prazo de realização do passivo de arrendamento	31/12/2020	31/12/2019
Até 3 meses	1.578	836
De 3 a 12 meses	4.847	3.210
Acima de 1 ano	8.516	15.648
Passivo de Arrendamento	14.941	19.694

Movimentação do direito de uso e do passivo financeiro nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Direito de uso	2020	2019
Saldo inicial do exercício	16.912	13.762
Pactuação de novos contratos de arrendamento	-	7.632
Depreciação dos direitos de uso	(4.788)	(4.482)
Saldo inicial do exercício	12.124	16.912
Passivo de Arrendamento	2020	2019
Saldo inicial do exercício	19.694	14.852
Pactuação de novos contratos de arrendamento	-	7.632
Apropriação de juros no exercício (i)	863	940
Pagamentos realizados	(5.616)	(3.730)
Saldo inicial do exercício	14.941	19.694

(i) – Essa rubrica também está impactada diretamente pelas negociações e postergações pontuais de prazos de aluguéis realizados pelo Grupo em função da pandemia de COVID-19, não ocorrendo modificações contratuais.

15. Ativo Intangível

O intangível corresponde aos gastos com aquisição e desenvolvimento de logiciais e são amortizados pelo método linear à taxa anual de 20%, conforme:

Ativo Intangível	31/12/2019	Aquisições	Baixas	Transferências	Amortização	31/12/2020
Softwares ⁽¹⁾	9.639	10.316	(833)	8.477	(2.295)	25.304
Projetos concluídos	19.348	-	(28)	31.223	(7.587)	42.956
Adiantamento de Intangível ⁽²⁾	18.175	34.761	(77)	(39.700)	-	13.159
Total do Intangível	47.162	45.077	(938)	-	(9.882)	81.419

Ativo Intangível	31/12/2018	Aquisições	Baixas	Transferências	Amortização	31/12/2019
Softwares	11.765	350	(117)	-	(2.359)	9.639
Projetos concluídos	-	-	-	20.026	(678)	19.348
Adiantamento de Intangível ⁽²⁾	8.785	29.416	-	(20.026)	-	18.175
Total do Intangível	20.550	29.766	(117)	-	(3.037)	47.162

⁽¹⁾ No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Banco adquiriu softwares, patentes e domínios de propriedade voltados para a geração de conteúdos na área de investimentos financeiros e prospecção de clientes no montante de R\$8.500.

⁽²⁾ Referente a projetos que estão em fase de desenvolvimento âmbito da estruturação de produtos e serviços de banco digital. A amortização ocorre de acordo plano de negócio preparado pela administração, após a conclusão da etapa de desenvolvimento, homologação e testes. O prazo médio de amortização do ativo intangível é de cinco anos. O desenvolvimento é de uma plataforma unificada de um banco digital, com diversas funcionalidades, controladas em subprojetos que vão entrando em operação em momentos distintos.

16. Outros Ativos

	31/12/2020	31/12/2019
Outros Ativos Financeiros	318.224	224.005
Negociação e intermediação de valores ⁽¹⁾	225.899	133.094
Devedores diversos no país e outros ⁽²⁾	38.250	44.080
Aplicações restritas ⁽³⁾	33.367	29.643
Rendas a receber	-	7.584
Comissões a receber de estruturação	4.056	4.056
Valores a receber estruturação de operações ⁽⁴⁾	9.562	2.785
Devedores por depósitos em garantia	3.094	2.421
Outros títulos a receber	372	249
Valores a receber de sociedade ligadas	3.624	93
Outros Ativos	17.225	10.725
Despesas Antecipadas ⁽⁵⁾	16.982	10.481
Demais investimentos	243	244
Total	335.449	234.730

⁽¹⁾ Representadas por valores pendentes de liquidação dentro dos prazos regulamentares, relativas as operações de compra ou venda de títulos e contratos de ativos financeiros realizadas na B3 S.A. – Bolsa, Brasil, Balcão, por conta própria e/ou de terceiros;

⁽²⁾ Refere-se as comissões decorrentes de prestação de serviços, como estruturação e distribuição de debêntures, assessoria financeira e distribuição de cotas de fundos;

⁽³⁾ Refere-se, substancialmente, ao valor depositado em conta *escrow* em nome do Banco Modal, por cotistas de um fundo administrado por esta instituição como garantias sobre resgates realizados por esses cotistas no montante de R\$33.367 (R\$29.643 em 31/12/2019). Essa conta será movimentada de acordo com o atendimento de determinadas obrigações previstas em contrato no prazo de cinco anos. Esse mesmo valor está registrado como depósito restrito no grupo de Obrigações Passivos;

⁽⁴⁾ Composto por valores de clientes e taxas de fundos a receber dos fundos modalmals.

⁽⁵⁾ Refere-se aos serviços prestados por terceiros pagos de forma antecipada.

17. Passivos financeiros ao custo amortizado - Captações no mercado aberto

Composição	31/12/2020	31/12/2019
Carteira própria ⁽¹⁾	301.688	585.108
Carteira de terceiros ⁽¹⁾	1.070.953	248.197
Carteira livre de movimentação ⁽¹⁾	39.362	13.813
Letras de crédito imobiliário – LCI	-	13.175
Total	1.412.003	860.293

Faixas de Vencimento	Até 180 dias	Até 180 dias
Carteira própria ⁽¹⁾	301.688	585.108
Carteira de terceiros ⁽¹⁾	1.070.953	248.197
Carteira livre de movimentação ⁽¹⁾	39.362	13.813
Letras de crédito imobiliário – LCI (POS/DI)	-	13.175
Total	1.412.003	860.293

⁽¹⁾ Essas operações foram praticadas a uma taxa média em 2020 de 1,9% a.a. (2019 - 4,3% a.a.).

18. Passivos financeiros ao custo amortizado – Depósitos

a) Composição

Composição	31/12/2020	31/12/2019
Depósitos à vista	801.907	336.457
Depósitos interfinanceiros	-	1.500
Depósitos a prazo	1.290.153	1.061.949
Total	2.092.060	1.399.906

b) Faixas de Vencimento

Faixas de Vencimento	31/12/2020				Total
	Sem vencimento	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	
Depósitos à vista	801.907	-	-	-	801.907
Depósitos interfinanceiros	-	-	-	-	-
Total	801.907	-	-	-	801.907

Faixas de Vencimento	31/12/2019				Total
	Sem vencimento	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	
Depósitos à vista	336.457	-	-	-	336.457
Depósitos interfinanceiros	-	1.500	-	-	1.500
Total	336.457	1.500	-	-	337.957

c) Vencimento por Indexadores - Depósitos a prazo

Faixas de Vencimento	31/12/2020				Total
	Sem vencimento	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	
Pré-fixado (1.13% até 18.41%)	-	8.309	3.933	66.275	78.517
Indexado à variação da taxa CDI (100%)	-	778.014	228.147	205.475	1.211.636
Total	-	786.323	232.080	271.750	1.290.153

Faixas de Vencimento	31/12/2019				Total
	Sem vencimento	Até 180 dias	De 181 a 360 dias	Após 360 dias	

Banco Modal S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)



Pré-fixado (3.55% até 19.27%)	-	5.701	6.145	19.903	31.749
Indexado à variação da taxa CDI (100%)	-	331.178	178.223	520.799	1.030.200
Total	-	336.879	184.368	540.702	1.061.949

19. Outros passivos

	31/12/2020	31/12/2019
Outros Passivos Financeiros	224.723	331.637
Negociação e intermediação de valores ⁽¹⁾	144.070	264.553
Depósitos restritos ⁽²⁾	33.367	29.643
Passivo de arrendamento	14.942	19.694
Sociais e estatutárias	17.646	11.484
Ordens de Pagamento e recursos em trânsito de terceiros	11.894	5.111
Resultado de exercícios futuros a apropriar	2.332	-
Valores a contribuir ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC)	472	283
Comissões de fianças a apropriar	-	869
Outros Passivos	36.437	16.794
Despesa de pessoal a pagar	10.571	7.947
Provisão para clientes devedores	5.489	2.320
Valores a pagar plano de remuneração variável	5.381	1.591
Despesas administrativas a pagar	3.600	2.323
Valores a pagar para sociedades ligadas	2.410	55
Outros valores a pagar	1.280	1.483
Serviço de consultoria jurídica ⁽³⁾	7.706	273
Obrigação de repasse de crédito tributário realizado (Modal DTVM)	-	802

⁽¹⁾ Obrigações decorrentes das relações com o mercado (sistema e clientes) relativamente à negociação de valores (títulos, ações, mercadorias e ativos financeiros) por conta própria e por conta de terceiros;

⁽²⁾ Refere-se, substancialmente, ao valor depositado em conta *escrow* em nome do Banco Modal, por cotistas de um fundo administrado por esta instituição como garantias sobre resgates realizados por esses cotistas no montante de R\$33.367 (R\$29.643 em 31/12/2019). Essa conta será movimentada de acordo com o atendimento de determinadas obrigações previstas em contrato no prazo de cinco anos. Esse mesmo valor está registrado como aplicações restritas no grupo de Obrigações Diversas no passivo e Aplicações Restritas no ativo;

⁽³⁾ Nota 30 (ii).

20. Patrimônio Líquido

a) Composição do capital social

O capital social está representado por 32.600 ações ordinárias (2019 – 31.000) e 32.600 ações preferenciais nominativas (2019 – 31.000), sem valor nominal. O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por:

Ano	Total de ações	Ordinárias	Preferenciais	Capital Social
2020	65.200	32.600	32.600	291.908
2019	62.000	31.000	31.000	345.668

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2020, o Banco Modal concluiu a cisão parcial para a criação da sociedade MAF (“Nova MAF”) que resultou na redução do capital social do Banco Modal em R\$70.691, sem a redução na quantidade de ações ordinárias e preferenciais (Nota 37 (d)).

Na Assembleia Geral Extraordinária (AGE) de 30 de novembro de 2020 foi aprovada a conversão voluntária de 1.600 ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal, em ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Nessa mesma assembleia, foi aprovado o aumento de capital da companhia mediante a emissão de 3.200 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, ao preço unitário de emissão de R\$80.625 (oitenta mil, seiscentos e vinte e cinco reais), sendo destinados à composição do capital social da companhia o montante de R\$16.931 e à composição de reserva de capital da companhia o montante de R\$241.069. Essa operação ainda se encontra sob aprovação do órgão regulador.

b) Direito das ações

Aos acionistas do Banco é assegurado um dividendo anual de no mínimo 6% do capital social, não inferior a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da legislação societária. Conforme ata da Diretoria Executiva de 27 de dezembro de 2019, foi deliberado e aprovado, de forma unânime, a não realização da distribuição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Artigo 20, §2º do Estatuto Social da Companhia, como autoriza o Artigo 202, §3º, II da Lei das S.A., cuja aprovação foi ratificada na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) a ser realizada até a data de 30 de abril de 2020.

As ações preferenciais, sem direito a voto, têm prioridade no reembolso de capital, sem o pagamento de prêmio em caso de liquidação do Banco, e direito a dividendo mínimo de R\$0,01 por ação.

De acordo com o parágrafo 7º do artigo 9º da Lei nº 9.249/95, o valor dos juros pagos ou creditados aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, poderá ser considerado para cômputo do valor dos dividendos mínimos obrigatórios.

c) Reserva de lucros

- Reserva legal: A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. A Reserva legal poderá deixar de ser constituída quando acrescida de o montante das Reservas de Capital exceder 30% do Capital Social. A Reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de Capital ou para compensar prejuízos.

- Reserva estatutária: Essa reserva é constituída com o saldo remanescente de lucro líquido ajustado, deduzido da distribuição de dividendos, com a finalidade de futura incorporação ao capital, distribuição aos acionistas ou absorção de prejuízos acumulados; o saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso.

- Reserva especial de dividendos: Constituída nos termos parágrafo 5º do Artigo 202 da Lei 6.404/76, com base nos lucros não distribuídos como dividendos, que poderão ser absorvidos por prejuízos nos exercícios subsequentes ou pagos como dividendos de acordo com a disponibilidade financeira do Banco.

d) Outros resultados abrangentes

Representa os ganhos e perdas não realizados, decorrentes do ajuste ao valor justo dos títulos e valores mobiliários classificados como "ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes". Tais ganhos e perdas são transferidos para as correspondentes contas do resultado na data em que ocorrer a sua efetiva realização financeira.

	31/12/2020			31/12/2019		
	Ajuste a Valor Justo	Efeito Tributário	Valor Líquido	Ajuste a Valor Justo	Efeito Tributário	Valor Líquido
Títulos Públicos	610	(275)	335	324	(135)	189
Saldo em 31 de dezembro	610	(275)	335	324	(135)	189

e) Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não houve destinação de juros sobre capital próprio.

O contrato social de algumas controladas permite a distribuição de dividendos desproporcionais em favor dos minoritários executivos do Grupo. O efeito dos dividendos desproporcionais contabilizado no patrimônio líquido das controladas afetou o resultado dos exercícios e consequentemente está refletido na demonstração do resultado consolidado na rubrica de outras despesas operacionais.

f) Lucro por ação

(i) Lucro por ação básico e diluído

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se o lucro ou prejuízo atribuível aos detentores das ações ordinárias pela média ponderada das ações ordinárias em poder dos acionistas na data do balanço. O lucro diluído por ação é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo básico por ação pelos investimentos com potencial de diluição.

Descrição	Ordinárias	Preferenciais	2020	2019
Número de ações			65.200	62.000
Quantidade de ações em circulação	32.600	31.528	64.128	60.184
Média ponderada de ações em circulação - 2020	32.119	31.046	63.165	-
Média ponderada de ações em circulação - 2019	31.000	29.184	-	60.184
Lucro atribuído (R\$ mil)			43.248	46.872
Lucro básico por ações ordinárias (R\$)			684,4968	778,8116
Lucro básico por ações preferenciais (R\$)			684,8696	778,8116

Os planos de remuneração por pagamento baseado em ações são liquidados em caixa e não alteram a composição do lucro básico e diluído.

g) Ações em tesouraria

Os exercícios findaram com os seguintes saldos:

Ano	Total de ações	Valor de ações	% Capital Social
2020	1.072	6.349	2,18%
2019	1.816	10.755	3,11%

h) Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas não controladores

Patrimônio Líquido atribuível aos acionistas minoritários" se trata do valor líquido da equivalência patrimonial atribuível a instrumentos de patrimônio que não pertencem - direta ou indiretamente - ao Banco Modal, incluindo a parcela do lucro anual atribuída às controladas.

Saldo em 1 de janeiro de 2019	152.676
Resultado do exercício atribuído aos acionistas não controladores ⁽²⁾	9.848
(-) Baixas ⁽¹⁾	(162.524)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-

⁽¹⁾ Refere-se aos resgates de cotas dos fundos de investimentos Novus Capital Master FI Multimercado em 15 de março de 2019 e dos fundos Novus Macro FIC de FIM e NC Raptor FIRF, ambos em 24 de junho de 2019. O Grupo Modal resgatou a totalidade das cotas detidas nestes fundos de investimentos (Nota 3), dessa forma o Banco deixou de consolidar os mesmos que, por sua vez, tiveram a sua gestão transferida para a Novus Capital. Esta transação não resultou em saída de recursos do Grupo.

(2) O resultado de acionistas não controladores é oriundo de fundos de investimentos consolidados pelo Grupo que não possui a totalidade das cotas emitidas por estes fundos, conforme Nota 3.

21. Ativos, Passivos Fiscais e impostos no resultado

a) Impostos sobre a renda reconhecidos no exercício

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Impostos sobre a Renda - Correntes	(20.092)	(15.720)
Despesa do ano corrente	(22.269)	(26.055)
Operações Descontinuadas	2.177	10.335
Impostos sobre a Renda - Diferidos	(1.447)	12.571
Ajuste ao valor justo de ativos financeiros	3.542	465
Provisões não dedutíveis	(1.207)	7.093
Prejuízo Fiscal	(7.756)	6.420
Base presumida	431	(223)
Operações Descontinuadas	4.336	(449)
<u>Adoção de normas do IFRS:</u>	<u>(793)</u>	<u>(735)</u>
IFRS 9 - Perdas esperadas de ativos financeiros	(127)	(819)
IFRS 9 - Classificação de instrumentos financeiros por modelo de negócios	(682)	(678)
IFRS 16 - Reconhecimento de arrendamentos operativos	16	762
Imposto de renda correntes e diferidos	(21.539)	(3.149)
Impostos Pagos no Exercício	(3.529)	(8.819)

b) Imposto de renda e contribuição social correntes

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo fiscal corrente		
Impostos a compensar:		
COFINS	19.988	19.775
IRPJ e CSLL	3.691	97
Impostos retidos na fonte	1.354	1.758
Outros	11.893	9.079
Total	36.926	30.709

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo fiscal corrente		
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	13.235	8.335
Impostos e Contribuições a recolher:	10.385	7.750
de serviços de terceiros	417	777
sobre salários	4.297	3.281
retidos na fonte de clientes	2.839	258
Outros	2.832	3.434
Total	34.005	23.835

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ativo fiscal diferido		
Sobre provisão para créditos de liquidação duvidosa	18.006	14.508
Sobre prejuízo fiscal e base negativa	43.054	59.996
Sobre base presumida	236	-
Sobre ajuste a mercado a compensar	4.428	556
Provisões não dedutíveis temporariamente	9.511	10.537
Total	75.235	85.597

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Passivo fiscal diferido		
Sobre ajuste a mercado de TVM e derivativos	-	148
Sobre ajuste de curva de futuro	617	734
Sobre base presumida	-	194

Total **617** **1.076**

d) Impostos diferidos reconhecidos no resultado

	31/12/2019	Constituição / (Reversão)	31/12/2020
Relativo a prejuízo fiscal e base negativa	59.996	(16.942)	43.054
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	14.508	3.498	18.006
Ajuste de valor justo de TVM e derivativos	162	232	394
Ajuste a mercado a compensar	556	3.872	4.428
Ajuste de op. realizadas em mercado de líq. futura	(734)	117	(617)
Sobre diferido presumido	(194)	430	236
Outras provisões indedutíveis	10.537	(1.026)	9.511
Total	84.831	(9.819)	75.012

e) Impostos diferidos reconhecidos no patrimônio líquido

	31/12/2019	Constituição / (Reversão)	31/12/2020
Ajuste de títulos ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	(310)	(84)	(394)
Total	(310)	(84)	(394)

f) Expectativa de realização dos Ativos e Passivos Fiscais diferidos

Ano de realização				2020	
	Diferenças temporárias	Prej. Fiscal / Base negativa	Total	Provisão para IR/CS diferidos	Tributos diferidos líquidos
2021	6.436	4.740	11.176	(617)	10.559
2022	8.045	7.744	15.789	-	15.789
2023	8.045	9.857	17.903	-	17.903
2024	6.436	11.209	17.646	-	17.646
2025	3.218	9.503	12.722	-	12.722
2026	-	-	-	-	-
2027	-	-	-	-	-
Total geral	32.181	43.054	75.235	(617)	74.618
Valor presente ⁽¹⁾	28.059	36.139	64.198	(599)	63.599

⁽¹⁾ Para o cálculo do valor presente foi utilizada a taxa DI x Pré divulgada pela B3 Bovespa.

Ano de realização				2019	
	Diferenças temporárias	Prej. Fiscal / Base negativa	Total	Provisão para IR/CS diferidos	Tributos diferidos líquidos
2020	8.626	1.278	9.904	(1.076)	8.828
2021	4.254	10.189	14.443	-	14.443
2022	7.966	17.706	25.672	-	25.672
2023	2.802	21.529	24.331	-	24.331
2024	1.952	9.294	11.246	-	11.246
2025	-	-	-	-	-
2026	-	-	-	-	-
Total geral	25.601	59.996	85.597	(1.076)	84.521
Valor presente ⁽¹⁾	21.210	44.967	66.177	(1.010)	65.167

⁽¹⁾ Para o cálculo do valor presente foi utilizada a taxa DI x Pré divulgada pela B3 Bovespa.

g) Reconciliação das alíquotas de Impostos

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	2020	2019
Resultado antes da Tributação	64.787	50.021
Alíquota (25% de imposto de renda e 20% de contribuição social)	(29.154)	(22.509)
Dedução Prejuízo Fiscal / Base Negativa	5.494	-
Ajustes não tributáveis/não dedutíveis:		
Participação nos lucros	2.737	2.039
Equivalência Patrimonial	9.336	9.565
Provisão Multa Contingente	(7.139)	-
Provisão para risco de crédito	5.255	(2.284)
<i>Phantom Stock Option</i>	(941)	-
Incentivos Fiscais	98	-
Resultados com debentures incentivadas	1.940	1.740
Demais Adições (exclusões) permanentes	(1.518)	(2.187)
Demais Adições (exclusões) temporárias	(3.372)	(3.418)
Diferenças Temporárias		
Ajuste ao valor de mercado TVM e derivativos	3.700	712
Demais diferenças temporárias	(10.136)	15.501
Outros ajustes	2.161	(2.308)
Impostos sobre a Renda	(21.539)	(3.149)
Correntes	(20.092)	(15.720)
Diferidos	(1.447)	12.571

22. Provisões e passivos contingentes

Os passivos contingentes decorrentes de litígios ou notificações das entidades fiscalizadoras são avaliados pela administração com o apoio dos consultores jurídicos do Banco, considerando-se os conceitos definidos no IAS 37/CPC 25 e reconhecidos nas demonstrações financeiras, quando considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Para os processos com avaliação de perda considerada possível, não é reconhecida provisão contábil, sendo, entretanto, divulgadas em nota explicativa. No caso em que a avaliação de perda é considerada remota, não é reconhecida provisão ou feita divulgação em nota explicativa.

O Banco é parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

Em conformidade com o IAS 37/CPC 25, o Modal constitui provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis com risco de perda provável, quantificada utilizando metodologia individualizada ou massificada, de acordo com a natureza e/ou valor do processo.

a) Ativos contingentes

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras apenas quando a administração possui garantias de sua realização ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos. Não foram reconhecidos ativos contingentes nas demonstrações financeiras, referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

b) Ações trabalhistas

As contingências têm relação com processos em que se discutem pretensos direitos trabalhistas, relativos à legislação trabalhista específica da categoria profissional tais como horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência e outros.

Em 31 de dezembro de 2020, o Banco possuía provisões para contingências trabalhistas no total de R\$1.202 (31/12/2019 - R\$1.771), em montante suficiente para cobrir o valor potencial de perda para esses processos, de acordo com a análise dos consultores jurídicos contratados para as referidas causas.

c) Ações tributárias

O Modal está sujeito, em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias, a questionamentos com relação a tributos, que podem eventualmente gerar autuações, como por exemplo: composição da base de cálculo do IRPJ/CSLL (dedutibilidade); e discussão quanto à incidência de tributos, quando da ocorrência de determinados fatos econômicos.

O Modal e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e outros assuntos. O Modal e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias e outros assuntos.

d) Ações cíveis

Referem-se, basicamente, a ações indenizatórias cujas naturezas são: contestação do custo efetivo total dos contratos pactuados; revisão das condições e encargos contratuais; e tarifas.

A provisão dos casos cíveis individualizados, processos com características peculiares, é realizada periodicamente, a partir da determinação do valor do risco e da probabilidade de perda. A provisão dos casos cíveis massificados é realizada periodicamente tendo como parâmetro a média da perda verificada temporalmente e aplicada na base de casos ativos. Os valores considerados de perda provável são objeto de provisão contábil. Em 31 de dezembro de 2020, a provisão constituída para reclamações dessa natureza era de R\$ 17 (2019 – R\$ 35).

e) Passivos contingentes classificados como perda possível

Para os processos com avaliação de perda considerada possível, não é reconhecida provisão contábil, sendo, entretanto, divulgadas em nota, conforme:

(i) Trabalhistas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o Modal não possuía processos trabalhistas classificados como possíveis.

(ii) Tributários

- PLR: Em março de 2016, a Secretaria da Receita Federal do Brasil ("SRF") lavrou Autos de Infração para exigir, com acréscimo de multa de ofício e juros de mora, contribuições previdenciárias (GIRAT) e contribuições destinadas a terceiros (INCRA e FNDE), supostamente incidentes sobre os pagamentos efetuados pelo Modal a seus empregados a título de participação nos lucros ou resultados ("PLR"), em janeiro de 2012 e julho de 2012, referentes ao segundo semestre de 2011 e primeiro de 2012, respectivamente. Em 14 de abril de 2016, o Modal apresentou impugnação ao Auto de infração, o qual foi julgada improcedente em 27 de dezembro de 2017 e atualmente encontra-se no CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), aguardando julgamento ao Recurso Voluntário. O valor atualizado da causa, com classificação da possibilidade de perda possível, totaliza R\$6.018 (31/12/2019 - R\$5.920).

- COAF: O Banco Central do Brasil ("BCB") instaurou processo administrativo a fim de apurar eventual falta do Modal quanto ao dever de informar acerca de operações realizadas por um de seus clientes. O processo administrativo foi concluído com a imposição pelo BCB de multa de R\$200 ao Modal e de R\$20 ao seu diretor, decisão da qual recorreremos ao Ministro da Fazenda. Nesta ocasião, o Conselho de Controle de Atividades Financeiras ("COAF") foi chamado a se manifestar, opinando pela majoração da multa aplicada ao Modal para R\$15.800 e de seu diretor para R\$100, além de sugerir a inabilitação deste pelo prazo de 5 anos. Violando o princípio da vedação ao reformatio in pejus, o Ministro da Fazenda acolheu o parecer do COAF majorando as sanções. Contra essa decisão o Modal ajuizou ação anulatória que se encontra atualmente no STJ aguardando julgamento. A tese sustentada pelo Modal apoia-se nos seguintes argumentos: (i) vedação ao reformatio in pejus, a (ii) ausência de ilegalidade na decisão administrativa do BCB, que justificasse a majoração das multas pela autoridade hierárquica superior; e (iii) falta de razoabilidade e proporcionalidade na majoração aplicada.

O valor atualizado da causa totaliza o montante de R\$40.198 em 31 de dezembro de 2020 (31/12/2019 - R\$39.834), incluindo atualização monetária, multa e honorário de sucumbência. No âmbito da execução fiscal, em garantia de execução, o Modal indicou 4.510 LFTs que totalizavam o valor de R\$48.771 em 31 de dezembro de 2020 (31/12/2019 - R\$47.731). No atual estágio do processo, nossos consultores jurídicos classificam o risco de perda como possível.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Banco central solicitou a constituição de provisão no montante de R\$15.863, contrariando o prognóstico dos consultores jurídicos. A Administração realizou a contabilização em seus livros locais nos reconhecendo a discricionariedade do regulador. Visando adequar essas demonstrações financeiras às práticas contábeis vigentes determinadas pelo CPC 25/IAS 37 que determinam o reconhecimento de provisão apenas para as causas classificadas como prováveis essas demonstrações financeiras foram ajustadas e não refletem a constituição dessa provisão.

(iii) Cíveis

O Banco Modal ("Modal") é parte de processos judiciais, envolvendo discussões no âmbito do Juizado Especial Cível (JEC) e Justiça comum, os quais são classificados com risco possível de perda, dada a incerteza inerente e esse tipo de ação. Portanto, devido à natureza desses processos e histórico, ainda recente, do desfecho desses processos, optamos por utilizar a média histórica como base para constituição de provisão para contingência, sobre o estoque de processos existentes em 31 de dezembro de 2020. Atualmente o Modal é parte em processos que se encontram em fases distintas e, baseado no histórico de sucesso, condenação ou acordos firmados, constituímos provisão de R\$38 no passivo em 31 de dezembro de 2020 (31/12/2019 - R\$83).

(iv) Valor das causas possíveis

	31/12/2020	31/12/2019
Ações trabalhistas	-	-
Ações tributárias	46.216	45.754
Ações cíveis	-	-
Total	46.216	45.754

f) Provisões por natureza

	31/12/2020	31/12/2019
Ações trabalhistas	1.202	1.771
Ações tributárias	220	220
Ações cíveis	38	83
Total	1.460	2.074
Depósitos em Garantia	2.097	1.555

g) Movimentação das provisões para contingências

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis
Saldo em 01/01/2019	1.659	220	-
Constituição / (Reversão)	2.549	-	83
Pagamentos	(2.437)	-	-
Saldo em 31/12/2019	1.771	220	83

	Trabalhistas	Tributárias	Cíveis
Saldo em 31/12/2019	1.771	220	83
Constituição / (Reversão)	1.339	-	(28)
Pagamentos	(1.908)	-	(17)
Saldo em 31/12/2020	1.202	220	38

23. Receitas (despesas) com juros e similares

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas com juros e similares	104.087	115.662
Operações de Crédito	6.804	6.824
Rendas de operações compromissadas	29.336	44.173
Rendas de títulos públicos	35.317	56.165
Rendas de títulos privados	32.597	8.483
Outros	33	17
Despesas com juros e similares	(65.303)	(100.033)
Depósitos a prazo	(26.809)	(45.463)
Despesas de operações compromissadas	(35.336)	(49.230)
Contribuições ao FGC	(2.206)	(1.743)
Atualização do passivo de arrendamento	(863)	(940)
Captações no mercado aberto	(21)	(2.613)
Outros	(68)	(44)
Receitas (despesas) com juros e similares	38.784	15.629

24. Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Ajustes ao valor justo e alienação de Títulos e Valores Mobiliários	(444)	26.685
Títulos públicos	(1.866)	(4.599)
Títulos privados	1.967	16.131
Fundos de investimento	453	15.006
Ações	(998)	100
Outros	-	47
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	89.173	28.973
Contratos de <i>Swap</i>	340.840	(91.693)
Mercado a termo	82.943	32.616
Mercado futuro	(334.853)	87.770
Opções	260	240
COE	(17)	40
Resultado de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	88.729	55.658

25. Receitas de prestação de serviço

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Renda de tarifas bancárias e de corretagem de bolsa	134.111	98.839
Comissão por consultorias e operações estruturadas	36.186	48.571
Outras receitas de prestação de serviços	12.065	8.708
Renda com garantias prestadas (fiança)	3.062	5.265
Rendas de serviços de pagamentos	267	-
Total	185.691	161.383

26. Resultado de operações de câmbio e variações cambiais de transações no exterior

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Variações e Diferenças de Taxas	(4.184)	3.351
Variação Cambial de Disponibilidades	37.358	13.244
Outras Variações Cambiais	(1.761)	271
Total	31.413	16.866

27. Outras receitas (despesas) operacionais

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Outras receitas operacionais	12.989	2.854
Juros sobre concessão de crédito	214	514
Atualização monetária sobre o crédito tributário	303	447
Aplicações no exterior	135	422
Reversão de provisões operacionais	400	-
Rendas de incentivo bolsa de valores ⁽¹⁾	4.774	-
Outras receitas ⁽²⁾	7.163	1.471
Outras despesas operacionais	(14.202)	(12.152)
Perdas Operacionais ⁽³⁾	(2.759)	(3.671)
Outras provisões	-	(2.320)
Amortizações Plataforma Modal	-	(1.649)
Programa de remuneração variável	(3.826)	(1.106)

Outras despesas ⁽⁴⁾	(7.617)	(3.406)
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.213)	(9.298)

- ⁽¹⁾ Receita decorrente de incentivo recebido pelas corretoras pela B3 pelo volume de operação de clientes em bolsa.
- ⁽²⁾ Substancialmente composto por juros e variação cambial decorrentes dos valores a receber e por ganho na venda de participação de investimento.
- ⁽³⁾ Substancialmente composto por erros de execução de ordens ocasionadas por indisponibilidades de sistemas ou erros operacionais.
- ⁽⁴⁾ Composto por estorno de corretagem, baixas conta margem e despesas de saque ATM.

28. Despesas com pessoal

	31/12/2020	31/12/2019
Salários e bolsa auxílio	53.169	32.362
Participação de resultados de empregados e administradores	18.236	9.699
Benefícios	13.160	9.108
Encargos sociais	15.973	8.941
Treinamento e capacitação	80	375
Total	100.618	60.485

29. Despesas tributárias

	31/12/2020	31/12/2019
Contribuição para o financiamento da seguridade social	13.888	8.984
Imposto sobre serviços	5.993	4.589
Imposto de renda retido na fonte	2.067	1.899
Contribuição ao programa de integração social	2.324	1.495
Imposto sobre operações financeiras	1.182	156
Outras	105	81
Total	25.559	17.204

30. Outras despesas administrativas

	31/12/2020	31/12/2019
Processamento de dados (i)	49.495	43.644
Publicidade	16.776	15.941
Depreciação e amortização	21.713	11.376
Serviços técnicos especializados e de terceiros (ii)	19.668	10.853
Serviços do sistema financeiro nacional	27.393	11.598
Comunicações	6.118	4.511
Viagens no país e exterior	580	2.464
Promoções e relações públicas	586	1.631
Registros em <i>clearing</i>	3	2.041
Contribuições filantrópicas	837	880
Comissão de distribuição	258	790
Serviços do sistema financeiro no exterior	1.351	774
Manutenção e conservação de bens	425	287
Aluguéis, IPTU e condomínio	1.347	220
Outras	3.173	3.158
Total	149.723	110.168

(i) As despesas com processamento de dados referem-se substancialmente a softwares que automatizam o operacional da corretora e inclui contratação de plataformas, simuladores e salas ao vivo (influenciadores digitais), que são disponibilizadas aos clientes para aquisição.

(ii) O incremento decorre, substancialmente, da provisão para pagamento de honorários advocatícios de sucesso no montante de R\$ 7.500, decorrentes de contingência cujo trânsito julgado favorável ocorreu em 18 de dezembro de 2020.

31. Transações com Partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas

As operações entre partes relacionadas com o Modal são realizadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, em condições de comutatividade e em concordância com os dispositivos legais vigentes e com a IAS 24/CPC 05(r1) e estão apresentadas conforme:

	Grau de Relação	Prazo	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
Ativo						
Outros Créditos – diversos						
- Novus Capital Gestora de Recursos Ltda.	Coligada	22/01/2021	1.949	-	-	-
- Modal Participações Ltda.	Ligada	31/12/2021	355	26	-	-
- MRE Desenv. e Neg. Imobiliários Ltda.	Coligada	31/12/2021	39	39	-	-
- Modal Holding Controle	Ligada	31/12/2021	90	1	-	-
Operações de crédito						
- Pessoal chave da administração		27/10/2025	4.613	3.219	289	194
- Modal Participações Ltda.	-	19/12/2022	10.798	-	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos						
- Pessoal chave da administração		Sem prazo	-	2	23	-
(Passivo)						
Depósitos à vista						
- Modal Participações Ltda.	Ligada	Sem prazo	(2)	(2)	-	-
- Bastad RJ Participações Ltda.	Ligada	Sem prazo	(9)	(4)	-	-
- SPE Incorporadora Condado Di Alphaville Ltda.	Ligada	Sem prazo	(1)	(2)	-	-
- DAL Participações Ltda.	Ligada	Sem prazo	-	(10)	-	-
- DFB Brasil Participações Ltda.	Ligada	Sem prazo	(4)	-	-	-
- DFL Industria e Comercio S/A	Ligada	Sem prazo	(1)	-	-	-
- Icaro AG7 1 Spe Empreend Imobiliários Ltda.	Coligada	Sem prazo	(38)	(506)	-	-
- Lund RJ Participações Ltda.	Coligada	Sem prazo	(19)	(36)	-	-
- MD Realty I Participações S.A	Coligada	Sem prazo	(5)	(5)	-	-
- Novo Hotel Participações S.A	Coligada	Sem prazo	(1)	(4)	-	-
- Opal Participações S.A	Coligada	Sem prazo	(4)	(2)	-	-
- Performance Katrina Empreend Imobiliários S/A	Coligada	Sem prazo	(212)	(3)	-	-
- Performance Opalina Adm de Hotéis Ltda.	Coligada	Sem prazo	-	(4)	-	-
- X3 Real Estate Imobiliária e Participação Ltda.	Coligada	Sem prazo	-	(2)	-	-
- Pessoal chave da administração		Sem prazo	(2.060)	(866)	-	-
Depósitos a prazo						
- Modal Participações Ltda.	Ligada	04/12/2023	(2.015)	(13.429)	(112)	(211)
- Spe Incorporadora condado di Alphaville Ltda.	Ligada	10/11/2023	(467)	(489)	(12)	(43)
- DFB Brasil Participações Ltda.	Ligada	21/10/2021	-	-	(4)	(3)
- Icaro AG7 1 Spe Empreend Imobiliários Ltda.	Coligada	12/12/2023	(1.369)	-	(18)	(43)
- MD Realty I Participações S.A	Coligada	08/12/2023	(13.433)	(693)	(252)	(240)
- Performance Opalina Adm de Hotéis Ltda.	Coligada	25/08/2022	-	(220)	(5)	(4)
- X3 Real Estate Imobiliária e Participação Ltda.	Coligada	02/01/2024	(12.587)	(6.954)	(237)	(107)
- Pessoal chave da administração		29/12/2023	(2.466)	(1.388)	(77)	(92)
Letras de Crédito Imobiliário						
- Pessoal chave da administração		-	-	-	-	(19)
Instrumentos Financeiros Derivativos						
- Pessoal chave da administração		-	-	-	-	(136)

Em 6 de novembro de 2019, por meio de contrato de cessão e aquisição de cédula de crédito e outras avenças, o Banco cedeu operações de crédito da sua carteira remanescente de Crédito Corporate, sem coobrigação, para empresa coligada, no montante de R\$249.844 pelo montante de R\$247.365, apurando uma perda de R\$2.479, que já estavam integralmente provisionados no resultado.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A cada dois anos, na Assembleia Geral Ordinária (“AGO”) é estabelecida a remuneração máxima mensal para todos os Administradores, conforme determina o Estatuto Social. As remunerações e benefícios atribuídos aos Administradores nos exercícios correspondem a:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Proventos	5.684	6.907
Encargos sociais	1.979	2.240
Total	7.663	9.147

c) Participação acionária

Em 31 de dezembro de 2020 o pessoal-chave da Administração possui conjuntamente, direta e indiretamente, 90,98% (2019 – 98,66%) das ações ordinárias e preferenciais do Modal. O pessoal-chave da Administração não recebeu dividendos do Banco Modal no exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, porém as participações societárias mantidas pelo pessoal-chave da Administração junto às controladas do Modal em referido exercício resultaram em um recebimento de dividendos por estes no valor de R\$ 11.247 (2019 - R\$ 11.133).

32. Benefícios a empregados

Em linha com as melhores práticas de mercado, o Modal oferece benefícios sociais aos seus empregados, dentre os quais: (a) Assistência Médica; (b) Assistência Odontológica; (c) Seguro de Vida; (d) Vale-Refeição (e) Vale-Alimentação e (f) Participação nos lucros e resultados.

As despesas com benefícios no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 representavam R\$13.160 (2019 - R\$9.108).

a) Programa de remuneração variável – *Phantom Stock Option*

O Modal, a partir do ano de 2017, instituiu um Programa de Opção de Compra de Ações do Banco Modal na modalidade “*Phantom Shares*”. O plano consiste em remuneração com pagamento em caixa, não havendo, no entanto, a entrega efetiva das ações, uma vez que não haverá e/ou entrega de ações para liquidação do plano. Até o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram estruturados quatro planos. Esses valores são registrados como uma provisão a pagar, com sua contrapartida no resultado do exercício, com base no valor justo das *Phantom Shares* outorgadas e pelo período de aquisição ao direito de exercício (*vesting period*). O valor justo deste passivo é revisado e atualizado a cada período de divulgação, de acordo com a variação do valor justo do benefício outorgado e a aquisição do direito de exercício.

As opções emitidas exigem um período de aquisição de 4 anos e só podem ser exercidas caso o beneficiário permaneça na companhia durante todo o período (*vested in full*), com exceção de colaboradores desligados por iniciativa do Banco e sem justa causa. O preço de exercício deve ser igual ao menor preço do patrimônio líquido do Banco Modal S.A. na data do exercício de cada opção. A volatilidade estimada foi calculada com base na volatilidade histórica de ações de bancos similares ao Banco Modal em porte e operações listados nas bolsas de valores do Brasil e do exterior.

Banco Modal S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas



(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em 31 de dezembro de 2020, o valor justo estimado pela administração foi de R\$5.381 bruto e R\$2.960 líquido de impostos. A provisão será ajustada nos períodos subsequentes na medida em que se cumpram os períodos de permanência previstos nos Programas de Opções.

Os valores justos dos programas foram estimados com base no modelo de valorização de opções Black&Scholes, tendo sido consideradas as seguintes premissas:

	Programas			
	2017	2018	2019	2020
Preço de exercício (Patrimônio Líquido da controladora)	661.342	661.342	661.342	661.342
Duração até o exercício (anos)	1	2	3	4
Taxa Livre de Risco	3,30%	5,00%	6,12%	6,77%
Volatilidade Anualizada Esperada ⁽¹⁾	43,50%	43,50%	43,50%	43,50%
Patrimônio Líquido (Controladora) da data da outorga	363.844	363.844	363.844	363.844
Percentual de outorga	0,29%	0,09%	0,09%	0,46%
Valor base para outorga no vencimento	1.055	655	655	8.514

⁽¹⁾ Nos termos do parágrafo B29 do IFRS2/CPC10, a volatilidade é determinada com base na volatilidade histórica de entidades similares listadas, para as quais existem informações disponíveis sobre preço das ações.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o Banco aditou os planos vigentes que passaram a vigorar com as mesmas características (*Spot price e Strike*).

As mudanças no plano de pagamento baseado em ações *phantom shares* são como a seguir:

	Percentual de ações outorgadas	Quantidade de ações
Em 1 de janeiro de 2019	2,75	1.705
(+) Concedidas	2,00	1.240
(-) Canceladas	(0,30)	(186)
(-) Pagas	(0,10)	(62)
Em 31 de dezembro de 2019	4,35	2.697
(+) Concedidas	2,55	1.577
(-) Canceladas	(0,75)	(465)
(-) Convertidas	(2,40)	(1.488)
(-) Pagas	(0,60)	(372)
Em 31 de dezembro de 2020	3,15	1.949

33. Garantias financeiras prestadas

	31/12/2020	31/12/2019
Aval ou fianças em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	65.276	134.316
Outras fianças bancárias	4.177	29.565
Garantias financeiras prestadas	69.453	163.881
Provisão para perdas esperadas ⁽¹⁾	(1.233)	(3.364)
Garantias financeiras prestadas, líquidas de perdas esperadas	68.220	160.517

⁽¹⁾ As garantias financeiras prestadas aos nossos clientes são avaliadas para fins de perdas esperadas, conforme disposto pela IFRS 9/CPC 48 (Nota 3.e e Nota 10).

34. Gerenciamento de riscos financeiros e operacionais

A gestão de riscos das operações é realizada por meio de políticas internas e equipes multidisciplinares, independentes das áreas de negócio do Modal, que monitoram os diversos riscos inerentes às operações e/ou processos, incluindo os riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional.

Essa estrutura de gestão permite identificar e mensurar possíveis impactos e soluções para garantir a continuidade, perenidade e qualidade dos negócios do Modal e suas controladas.

Visando garantir a antecipação às eventuais alterações provocadas por cenários e/ou situações de mercado que possam resultar na concretização dos riscos identificados, o Modal e suas controladas adotam uma postura proativa e conservadora na gestão de riscos, considerando principalmente os objetivos estratégicos do Modal e suas controladas, antecipando-se a possíveis mudanças, além de ações mitigadoras com foco nas suas exposições, mapeando suas deficiências através de levantamento dos processos, respeitando limites estabelecidos em suas políticas e na legislação pertinente. O Modal adota as seguintes definições no gerenciamento de riscos:

34.1. Risco de crédito

Risco de crédito se refere à possibilidade de haver perdas relacionadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas obrigações financeiras conforme acordado, assim como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas a renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte com o Modal.

O Modal possui política de concessão de crédito onde são determinados os procedimentos de avaliação de clientes e contrapartes. A avaliação de cada cliente ou contraparte é efetuada previamente à realização de operações e contempla análises objetivas de dados financeiros, índices comparativos, fluxo de caixa, capital de giro, cobertura de juros e qualidade das garantias oferecidas, bem como análises subjetivas, que contemplam dados do setor econômico, ambiente regulatório e participação no mercado. Os limites são aprovados pelo Comitê de Crédito e revisados regularmente, juntamente com a suficiência das garantias oferecidas.

Exposições a este tipo de risco existem principalmente em aplicações financeiras, operações de crédito, títulos públicos, debêntures e outros recebíveis. O Grupo possui política de concessão de crédito onde são determinados os procedimentos de avaliação de clientes e contrapartes. A avaliação de cada cliente ou contraparte é efetuada previamente à realização de operações e contempla análises objetivas de dados financeiros, índices comparativos, fluxo de caixa, capital de giro, cobertura de juros e qualidade das garantias oferecidas, bem como análises subjetivas, que contemplam dados do setor econômico, ambiente regulatório e participação no mercado. Os limites são aprovados pelo Comitê de Crédito e revisados regularmente, juntamente com a suficiência das garantias oferecidas.

a) Mensuração do risco de crédito

As operações inseridas nas categorias de operações de crédito e outros créditos são analisados individualmente através de modelos de classificação de risco desenvolvidos internamente. O Modal possui escala própria para atribuição das classificações de risco, tal como, é realizado por agências de rating. No entanto, é utilizada classificação própria que possui equivalência com a escala do órgão regulador local.

Os níveis de classificação são monitorados e atualizados sempre que necessário. Regularmente, a administração valida o desempenho da classificação e de seu poder de previsão com relação a eventos de inadimplência.

b) Exposição máxima ao risco de crédito

A tabela a seguir apresenta a exposição máxima do crédito através do valor contábil dos ativos financeiros e os saldos "Off-Balance " nos exercícios findos em 2020 e 2019.

	31/12/2020	31/12/2019
Disponibilidade	283.587	30.720
Aplicações no mercado aberto	1.773.878	471.753
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – TVM	892.544	956.791
Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado	335.712	506.395

Banco Modal S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas



(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Ativos financeiros ao valor justo por meio do Resultado - Instrumentos financeiros derivativos	87.257	18.570
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado	453.017	445.409
Off-balance	88.559	164.286
Avais e fianças	69.453	163.881
Créditos a liberar	19.106	405
Total da exposição máxima ao risco de crédito	3.914.681	2.593.924

c) Controle do limite de risco e políticas de mitigação

O Modal administra, limita e controla concentrações de risco de crédito sempre que estas são identificadas, particularmente, em relação a contrapartes e grupos individuais, como também quanto a setores da economia.

A administração estrutura os níveis de risco que assume, estabelecendo limites sobre a extensão de risco aceitável com relação a um devedor específico, a grupos de devedores e a segmentos da indústria. Esses riscos são monitorados rotativamente e sujeitos a revisões anuais ou sempre que necessário. Os limites sobre o nível de risco de crédito por produto e setor da indústria são aprovados pelo Comitê de Crédito do Modal regularmente.

A exposição ao risco de crédito é também administrada através de análise regular dos tomadores de empréstimos, efetivos e potenciais, quanto aos pagamentos do principal e dos juros e da alteração dos limites quando apropriado.

Uma das práticas destinadas a mitigar o risco de crédito é a tomada de garantias sobre a liberação de recursos.

d) Provisão para perda esperada

O cálculo das perdas de crédito esperadas para ativos financeiros é realizado de acordo com as características de cada tipo de operação, considera a qualidade e as características atuais dos clientes e das operações, inclusive suas garantias. Nas avaliações da perda esperada também foram considerados fatores macroeconômicos e projeções de rolagens, que incorporam os efeitos correntes e prospectivos de variáveis econômicas nas estimativas de perdas.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas de acordo com as seguintes metodologias:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses: resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro dos próximos 12 meses; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um ativo financeiro.

A mudança de metodologia de perdas esperadas de 12 meses para a vida inteira do ativo financeiro é realizada quando ocorre um acréscimo significativo no risco de crédito na data do relatório em relação ao seu reconhecimento inicial. A Instituição pode determinar que o risco de crédito de um ativo financeiro não aumentou significativamente, quando este permanecer classificado como baixo risco de crédito na data do relatório.

e) Qualidade de crédito

Através da classificação de estágio do crédito realizada conforme o IFRS 9/CPC 48 foi possível calcular o percentual de exposição da carteira de crédito por nível de risco:

Avaliação	31/12/2020	31/12/2019
Baixa	16,2%	13,9%
Média	26,6%	0,5%
Alta	57,2%	85,7%

f) Garantias

Em todos os casos, as garantias das operações são observadas como acessórias e, portanto, não são o principal motivo para concessão de crédito. O nível de garantias exigidas está relacionado ao risco do cliente e da operação. O processo de concessão de crédito está estruturado da seguinte forma para um dos principais segmentos de atuação.

A classificação do rating do cliente é realizada no momento da avaliação de crédito. O modelo de classificação leva em consideração informações quantitativas e qualitativas obtidas junto ao cliente, visitas técnicas e pesquisas no mercado, com clientes, fornecedores e concorrentes. A partir do rating do cliente é definido um rating da operação, que leva em consideração as garantias envolvidas.

34.2. Risco de mercado

As condições econômicas nacionais e internacionais podem afetar o mercado, gerando oscilações nas taxas de juros e câmbio, nos preços de ações e indicadores de inflação, resultando em variações nos preços dos ativos em geral. Tais variações podem afetar o desempenho do Modal. A queda ou o aumento nos preços dos ativos integrantes da carteira podem ser temporários, não existindo, no entanto, garantia de que não se estendam por períodos longos e/ou indeterminados. Ao utilizar operações de derivativos, o risco de mercado pode ser ampliado através de posições direcionais e alavancagem ou reduzido através de operações de “hedge”. Existe também o risco de distorção temporária do resultado do derivativo e seu ativo objeto para as operações de hedge por conta da marcação a mercado, o que pode gerar distorções no resultado do Modal, como ocorre com a exposição em dólar, taxas de juros e cupom IPCA.

A administração de riscos de mercado das operações é realizada por meio de políticas de controle e limites definidas por um Comitê de Risco, formado pela alta administração e pela área de risco, que é totalmente independente das áreas de negócio do Modal. Diariamente, são divulgados relatórios com o cálculo do VaR (“*Value at Risk*”), por simulação de “Monte Carlo” ou pelo método paramétrico, testes de stress de mercado e a exposição que a carteira apresenta aos principais fatores de risco. Periodicamente são efetuados testes para validar a metodologia de cálculo empregada (“*back test*”) e simulação de crises históricas para avaliação da alavancagem utilizada.

O Modal mantém sua tesouraria própria com o objetivo de atender às necessidades específicas de seus clientes e de proteger-se dos riscos de mercado, consideram-se como subcategorias o risco de taxa de juros; da variação cambial, dos preços de ações e dos preços de mercadorias (commodities). Todas as posições tomadas em qualquer taxa ou indexador são controladas pela tesouraria e monitoradas pela área de risco e, para tanto, utiliza-se de instrumentos derivativos ou demais ativos.

a) Metodologia

(i) Valor ao Risco (VaR ou “*Value-at-Risk*”)

O VaR mede a pior perda esperada através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança, ou seja, o VaR fornece uma medida do risco de mercado.

O gerenciamento de risco de mercado utiliza-se do VaR, como medida de perda potencial das carteiras. Para os cálculos, utiliza-se o modelo paramétrico para o horizonte de um dia e intervalo de confiança de 95%. Todo o cálculo está baseado nos preços de fechamento de mercado, obtidos de diferentes fontes (Anbima, B3, Banco Central, entre outros). São realizadas análises de VaR por mercado, vértices e por fator de risco associados a curva de juros, preços de ações, câmbio e commodities. Caso o limite de VaR seja excedido, será feita uma avaliação das operações e aquelas que apresentarem maior risco deverão ser reajustadas pela Tesouraria de modo a reduzir o risco e buscar o enquadramento dentro do limite máximo de exposição. A liquidez de mercado deverá ser avaliada quando do reajuste dessas operações.

(ii) Testes de estresse

Podem ser cenários históricos, representando os efeitos de crises ocorridas, ou cenários hipotéticos. Tais cenários devem levar em conta a variação dos preços em um período de tempo adequado para considerar tanto o efeito acumulado dos choques, quanto o necessário à reversão ou hedge das posições de risco. Permite que se leve em conta eventos extremos, mas factíveis, que estariam na cauda das curvas de distribuição de retornos, já que esta é desconsiderada no cálculo de VaR.

b) Análise de sensibilidade

A utilização do VaR é uma medida da perda potencial nos instrumentos financeiros devido a movimentos adversos no mercado em um horizonte de tempo definido com um nível de confiança especificado. Junto com o teste de estresse, o VaR é utilizado para medir a exposição de nossos instrumentos financeiros para o risco de mercado, ainda que o objetivo da mesa de *Sales and Trading* (“S&T”), seja exclusivamente de arbitragem e zerada de cliente, sem exposições direcionais. A precisão da metodologia de risco de mercado é testada através de testes (*back-testing*) que comparam a aderência entre as estimativas de VaR e as perdas realizadas.

O VaR apresentado abaixo foi calculado para o período de um dia e nível de confiança de 95%. Nível de confiança de 95% significa que existe a possibilidade de um em vinte ocorrências de que o resultado de um único dia de negociação maior do que o VaR apresentado, são esperados e previstos de ocorrer, em média, cerca de uma vez por mês. Dada a sua dependência de dados históricos, a precisão do VaR é limitada e sua capacidade de prever mudanças de mercado sem precedentes, como distribuições históricas nos fatores de risco de mercado podem não produzir estimativas precisas de risco de mercado futuro. Como foi referido anteriormente, nós usamos os testes de estresse como complemento do VaR em nossas atividades diárias de risco.

(i) VaR 1 dia / 95% I.C.

Em milhares de R\$	VaR	Limite VaR	% de Ocupação	VaR (% do PL)
31/12/2020	174	500	34,78%	0,04%
30/06/2020	168	500	33,60%	0,04%
31/03/2020	264	500	52,70%	0,07%
31/01/2020	75	500	15,00%	0,02%
31/12/2019	177	500	35,40%	0,05%
30/06/2019	201	500	40,20%	0,06%
31/12/2018	480	2.500	19,20%	

(ii) VaR por tipo de risco

Em R\$	31/12/2020		31/12/2019	
	VaR marginal (paramétrico)	VaR marginal (%)	VaR marginal (paramétrico)	VaR marginal (%)
SELIC/CDI	127	0,07	(97)	(0,05)
PRÉ	25.327	14,57	27.146	15,35
IPCA	22.395	12,88	9.950	5,63
IGPM	-	-	119.136	67,37
Ações <i>On shore</i>	20.938	12,04	-	-
Moedas <i>On shore</i>	35.816	20,60	4.005	2,26
Cupom Cambial <i>On Shore</i>	69.273	39,84	14.431	8,11
Outros	-	-	2.356	1,33
Total	173.876	100	176.927	100

(iii) Stress Testing BM&F

O teste de Stress BMF é realizado com base nos cenários de Stress disponibilizados pela BM&F. A Área de Risco classifica os choques da BMF em cenários otimista e pessimista, formando assim dois cenários de stress com fundamentação macroeconômica e que possuem base em uma fonte externa de credibilidade. Para ativos que não estão presentes nos cenários divulgados é escolhido o choque de um cenário da BMF em que o ativo em questão possua natureza semelhante. As posições do Banco serão reavaliadas sob o método de “*Full Valuation*”, com base nos cenários gerados.

Adicionalmente, visando complementar o cenário de stress da BMF que conta com um cenário de baixa probabilidade, a Área de Risco calcula o cenário de Stress “*pioor caso da carteira atual nos últimos 5 anos*”. Assim, todas as exposições da carteira do banco no momento de apuração são replicadas em fatores de risco e tomando como base o retorno diário destes nos últimos 5 anos reavalia-se o valor diário da carteira neste período. Finalmente, o indicador mostra a pior variação diária de valor da carteira nesta série.

Em milhares de R\$	Pior caso dos últimos 5 anos	Stress BM&F	Cenário Direção Stress	Contribuição o Stress
31/12/2020	(1.604)	(3.619)	Otimista	(3.619)
30/06/2020	(2.440)	(2.286)	Pessimista	(2.440)
31/03/2020	(2.037)	(329)	Pessimista	(2.037)
31/01/2020	(1.067)	(1.127)	Pessimista	(1.127)
31/12/2019	(1.623)	(778)	Pessimista	(1.623)
30/06/2019	(2.366)	(2.559)	Pessimista	(2.559)
31/12/2018	(2.303)	(6.113)	Pessimista	(6.113)

A Administração do Banco avalia as estimativas contábeis e considera a análise do VaR adequada. O impacto decorrente da sensibilidade das projeções de ativos e passivos às variações de preços, taxas e outras estimativas não produzem efeitos materiais no contexto dessas demonstrações financeiras

34.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez é administrado mediante a adoção de controles que asseguram a alocação de recursos em ativos de elevado grau de qualidade e liquidez, baseados em capital próprio e/ou captados de contrapartes reconhecidamente respeitadas ou pulverizado no varejo, a taxas compatíveis com aquelas praticadas no mercado. Este controle contempla também a análise de eventuais descasamentos no tempo entre ativos e passivos e consequentes ajustes necessários para sua adequação.

Banco Modal S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas



(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

A estrutura de gerenciamento do Risco de liquidez é segregada e atua de maneira proativa na prevenção de eventuais situações em que o Modal e suas controladas possam ser submetidos em relação à liquidez. O processo de monitoramento do Risco de liquidez abrange todo o fluxo de recebimentos e pagamentos do Banco e suas controladas para que ações mitigadoras de risco possam ser realizadas.

a) Plano de contingências

Caso haja alguma situação difícil de liquidez decorrente de resgates inesperados de depósitos de clientes/bancos, inadimplência de algum cliente com operação ativa, ou simplesmente grandes ajustes em posições no mercado de futuro, o Modal poderá recorrer a algumas alternativas, abaixo apresentadas:

- Linhas de crédito pré-aprovadas com outros bancos de primeira linha;
- Elevação das taxas de captação de depósitos de clientes/bancos para atrair mais recursos e/ou alongar as captações;
- Redução das carteiras comerciais, através da não rolagem das operações vencidas como forma de gerar caixa ao longo do tempo.

b) Balanço por liquidez

Os quadros a seguir demonstram o balanço patrimonial por prazo de vencimento, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020				
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Caixa e equivalentes de caixa	283.714	1.773.878	-	-	2.057.592
Ativos Financeiros					
Títulos e valores Mobiliários	1.004	137.672	50.960	1.038.620	1.228.256
Outros Ativos Financeiros	-	246.166	36.457	35.601	318.224
Depósitos Comp. no Banco Central do Brasil	14.978	-	-	-	14.978
Operações de crédito (Nota 10.b)	-	5.062	43.647	79.112	127.821
(-) Provisão para Perda Esperada	-	-	(121)	(7.885)	(8.006)
Derivativos	4.345	37.215	43.107	2.590	87.257
Ativos não circulantes mantidos para venda	-	-	332.828	-	332.828
Investimentos em Coligadas	2.117	-	-	-	2.117
Imobilizado e Intangível	103.174	-	-	-	103.174
Direitos de uso	12.124	-	-	-	12.124
Ativos Fiscais	-	-	40.761	71.400	112.161
Outros ativos	243	-	16.982	-	17.225
Total do ativo	421.699	2.199.993	564.621	1.219.438	4.405.751
Passivos financeiros					
Depósitos	801.907	786.323	232.080	271.750	2.092.060
Captações no mercado aberto	-	-	1.412.003	-	1.412.003
Outros Passivos Financeiros	23.443	154.548	4.847	41.885	224.723
Derivativos	9.492	2.648	3.436	1.074	16.650
Provisões e Passivos Contingentes	-	-	-	1.460	1.460
Outros passivos	-	9.423	21.237	5.777	36.437
Passivos associados a Ativos não circulantes mantidos para venda	-	-	-	11.839	11.839
Passivos Fiscais	-	-	23.930	396	24.326
Total do Passivo	834.842	952.942	1.697.533	334.181	3.819.498

Banco Modal S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas



(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

	2019				
	Sem Vencimento	Até 3 meses	3 meses a 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Caixa e equivalentes de caixa	30.720	471.753	-	-	502.473
Ativos Financeiros					
Títulos e valores Mobiliários	2.106	297.917	134.684	1.158.766	1.593.473
Outros Ativos Financeiros	9.205	143.766	238	70.796	224.005
Depósitos Comp. no Banco Central do Brasil	3.433	-	-	-	3.433
Operações de crédito (Nota 10.b)	-	2.229	61.334	28.362	91.925
(-) Provisão para Perda Esperada	-	-	(62)	(4.179)	(4.241)
Derivativos	-	13.296	5.232	42	18.570
Ativos não circulantes mantidos para venda	-	-	419.449	-	419.449
Investimentos em Coligadas	2.764	-	-	-	2.764
Imobilizado e Intangível	73.904	-	-	-	73.904
Direitos de uso	16.912	-	-	-	16.912
Ativos Fiscais	-	-	41.121	75.185	116.306
Outros ativos	254	-	10.471	-	10.725
Total do ativo	139.298	928.961	672.467	1.328.972	3.069.698
Passivos Financeiros					
Depósitos	336.457	-	522.747	540.702	1.399.906
Captações no mercado aberto	-	-	860.293	-	860.293
Outros Passivos Financeiros	16.594	266.542	3.210	45.291	331.637
Derivativos	-	39.551	7.180	192	46.923
Provisões e Passivos Contingentes	-	-	-	2.074	2.074
Outros passivos	16	1.180	11.675	3.923	16.794
Passivos associados a Ativos não circulantes mantidos para venda	-	-	18.741	-	18.741
Passivos Fiscais	-	-	17.226	-	17.226
Total de passivos financeiros	353.067	307.273	1.441.072	592.182	2.693.594

A Administração acompanhada por bases históricas e não tem a expectativa de que os passivos tenham seus prazos antecipados de forma substancial.

34.4. Risco Operacional

Os riscos operacionais são geridos por área especificamente criada para este fim, responsável pela avaliação, monitoramento e controle de riscos oriundos de sistemas, pessoas, processos internos ou ainda de eventos externos.

A gestão de risco operacional é efetuada através da análise dos principais processos, identificando riscos e sugerindo respectivos controles mitigadores, utilizando um sistema de controles internos e mensuração de riscos, que também permite avaliações periódicas dos controles pelos próprios gestores de cada processo, assim como planos de ação.

Visando à segurança de todos os procedimentos em execução no Modal, a área de Risco operacional tem estreita ligação com a área de Auditoria Interna e Comitê de Compliance.

Dentre os eventos de risco operacional, incluem-se:

- Fraudes internas;
- Fraudes externas;
- Práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços;
- Interrupção das atividades;
- Falhas em sistemas de tecnologia da informação;
- Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades.

O gerenciamento do risco operacional assegura o cumprimento das normas estabelecidas, sendo visto como uma oportunidade de melhoria na qualidade dos processos e controles.

35. Gerenciamento de capital

O Modal e suas controladas dispõem de Estrutura de Gerenciamento de Capital que compreende o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pelo Banco, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que está sujeita e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos.

A gestão do capital possibilita ao Modal e suas controladas uma avaliação consistente do Capital necessário para suportar o crescimento projetado, além da adoção de uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de Capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

Neste contexto, o Modal e suas controladas gerenciam a estrutura de Capital com a finalidade de atender também aos requerimentos mínimos de capital regulamentar exigidos. No plano normativo vale destacar que o Acordo de Basileia tem como parâmetro internacional obrigatório para as instituições financeiras, mais conhecido no Brasil como Patrimônio de Referência, conforme legislação em vigor.

O Índice de Basileia foi apurado segundo os critérios estabelecidos pelas Resoluções CMN nº 4.192/2013 e nº 4.193/2013, que tratam do cálculo do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (PRMR) em relação aos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA).

As instituições financeiras têm que manter patrimônio líquido mínimo de 8% dos seus ativos consolidados ponderados por grau de risco, acrescidos de percentuais sobre os riscos de créditos, sobre as exposições em ouro, em ativos e passivos referenciados em variação cambial e em variação da taxa de juros, conforme normas e instruções do BACEN.

Conforme demonstrado a seguir, o Modal está enquadrado neste limite mínimo operacional:

	31/12/2020	31/12/2019
Capital principal (Nível I)	202.028	204.945
Patrimônio de Referência	202.028	204.945
Ativos Ponderados de Risco de Crédito (RWACPAD) (a)	1.154.462	1.020.896
Ativos Ponderados de Risco de Mercado (RWAMPAD) (b)	209.485	150.125
Ativos Ponderados de Risco Operacional (RWAOPAD) (c)	438.219	385.369
RWA (a) + (b) + (c)	1.802.166	1.556.390
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	144.173	124.511
Folga em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	57.855	80.434
Índice (%)	11,0%	13,0%
Montante do PR apurado para cobertura do risco de taxa de juros das operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN)	9.088	6.654

36. Hierarquia do valor justo

O cálculo do valor justo está sujeito a uma estrutura de controle definida para garantir que os valores calculados sejam determinados por um departamento independente do tomador de risco.

Segundo o IFRS13/CPC 46, a mensuração do valor justo utilizando uma hierarquia de valor justo que reflita o modelo utilizado no processo de mensuração, deve estar de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

- **Nível 1** - Determinados com base em cotações públicas de preços (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações, derivativos listados;
- **Nível 2** - São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e

Banco Modal S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas



(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

- **Nível 3** - São derivados de técnicas de avaliação que incluem dados para os ativos ou passivos que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (dados não observáveis).

a) Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

Ativo				31/12/2020
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Cotas de fundos	25.678	11.119	-	36.797
CRI	-	3.966	-	3.966
CRA	-	6.483	-	6.483
COE	-	1.503	-	1.503
Debêntures	-	41.442	-	41.442
Ações	-	-	1.004	1.004
LFT	244.517	-	-	244.517
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	270.195	64.513	1.004	335.712
CDB	-	751	-	751
LC	-	325	-	325
LCA	-	475	-	475
LCI	-	327	-	327
LFT	890.235	-	-	890.235
LTN	9	-	-	9
NTN	421	-	-	421
TDA	-	1	-	1
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	890.665	1.879	-	892.544
Instrumentos financeiros derivativos	909	86.348	-	87.257
Total	1.161.769	152.740	1.004	1.315.513
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	765	15.885	-	16.650
Total	765	15.885	-	16.650

Ativo				31/12/2019
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Cotas de fundos	25.077	-	-	25.077
CRI	-	18.725	-	18.725
CRA	-	3.718	-	3.718
COE	-	142	-	142
Debêntures	-	22.081	-	22.081
Ações	1.403	-	703	2.106
LFT	434.546	-	-	434.546
Ativos financeiros ao valor justo no resultado	461.026	44.666	703	506.395
CDB	-	134	-	134
LC	-	24	-	24
LCI	-	51	-	51
LCA	-	-	-	-
LFT	955.715	-	-	955.715
LTN	9	-	-	9
NTN	857	-	-	857
Toda	-	1	-	1
Ativos financeiros ao valor justo em outros resultados abrangentes	956.581	210	-	956.791
Instrumentos financeiros derivativos	15	18.555	-	18.570

Banco Modal S.A.
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas



(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma indicado)

Total	1.417.622	63.431	703	1.481.756
Passivo				
Instrumentos financeiros derivativos	-	46.923	-	46.923
Total	-	46.923	-	46.923

O valor justo dos instrumentos financeiros classificados como Nível 3 é mensurado utilizando-se estimativas e modelos internos. Os dados não observáveis usados na mensuração a valor justo dos instrumentos classificados como Nível 3 são: taxas de juros, preços de ativo objeto e a volatilidade. As variações dos dados não observáveis isolados, ou em conjunto, não produzem efeitos materiais.

b) Valor justo de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado

	31/12/2020		31/12/2019	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativo	2.234.901	2.226.895	921.403	917.133
Aplicações interfinanceiras de liquidez (1)	1.773.878	1.773.878	471.753	471.753
Outros ativos financeiros (2)	318.224	318.224	224.005	224.005
Títulos e valores Mobiliários (3)	-	-	130.287	130.258
Operações de crédito (4)	127.821	119.815	91.925	87.684
Depósitos compulsórios Bacen (3)	14.978	14.978	3.433	3.433
Passivo	3.504.063	3.355.028	2.260.199	2.274.561
Depósitos (5)	2.092.060	1.943.025	1.399.906	1.414.268
Captações no mercado aberto (1)	1.412.003	1.412.003	860.293	860.293

1 - O valor justo das operações de aplicações interfinanceiras de liquidez e das captações em mercado aberto são compostas por operações compromissadas de curto prazo que serão liquidadas nos prazos usuais de mercado (*overnight*). O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima substancialmente do seu valor justo.

2 - Os outros ativos financeiros são substancialmente compostos por negociação e intermediação de valores e outros recebíveis de curto prazo. O valor contábil apresentado para estes instrumentos se aproxima substancialmente do seu valor justo.

3 - Os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado estão registrados pelo custo amortizado e o seu valor justo foi mensurado com base nos valores de mercado disponíveis na data-base.

4 - As operações de crédito detalhadas são operações, em sua maioria, pré-fixadas e o seu valor justo se aproxima do seu valor contábil líquido de provisão.

5 - O valor justo dos depósitos foi calculado mediante o desconto da diferença entre os fluxos de caixa nas condições contratuais e as taxas atualmente praticadas no mercado para instrumentos cujos vencimentos são similares.

37. Outras informações

a) Acordos para compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional

Acordos de Compensação e Liquidação de Obrigações – Resolução CMN nº 3.263/05: O Modal possui acordos de compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional (SFN), firmados com pessoas jurídicas integrantes ou não do SFN. O objetivo da resolução é permitir a compensação de créditos e débitos mantidos com uma mesma contraparte, onde os vencimentos dos direitos e obrigações podem ser antecipados para a data em que ocorrer o evento de inadimplência por uma das partes ou em caso de falência do devedor.

b) Administração de recursos de terceiros

Posição dos fundos de investimentos administrados pelo Modal:

	Quantidade de fundos / carteiras		Saldos	
	2020	2019	2020	2019
Fundos de investimentos e carteiras administradas	212	161	40.652.365	37.654.038

c) Cobertura de seguros

O Modal adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

	Tipo de Cobertura	Valores Cobertos	
		2020	2019
Directors and Officers Liability (D&O)	Responsabilidade Civil para Administradores	40.000	40.000
Prédios, equipamentos, móveis e utensílios	Quaisquer danos materiais a instalações, máquinas e equipamentos	84.500	65.000

d) Reorganização societária – Cisão

Em 30 de maio de 2019, a Assembleia Geral Extraordinária do Banco Modal S.A. deliberou a cisão parcial do patrimônio líquido do Banco, com versão da parcela cindida no montante de R\$70.691, para a criação de uma nova entidade denominada MAF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. A operação aguardava a aprovação do regulador e trâmites legais e foi concretizada em 22 de outubro de 2020. A variação no saldo dos ativos líquidos entre a data do laudo e a da efetivação da cisão, no montante de R\$4.111 foi registrada na conta de Reservas de Lucros no Patrimônio Líquido.

Apresentamos a seguir a composição do acervo líquido cindido à MAF DTVM, conforme apurado em Laudo de avaliação de data-base de 30 de abril de 2019:

	Valor
Títulos e Valores Mobiliários	5.008
Investimentos	10.912
Imobilizado de uso	342
Intangível	54.429
Total do ativo	70.691
Capital Social	70.691
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	70.691

Na cisão, a parcela referente a diferença entre o valor original do ágio e o seu valor na data-base da cisão, no montante de R\$12.095, foi reconhecido no patrimônio líquido na conta de reserva de capital.

Nos termos do decreto 9.580/18, sobre a possibilidade de utilização do prejuízo fiscal e base de cálculo negativa proporcionalmente a parcela do PL na hipótese de cisão parcial, nessa operação, o Modal reconheceu o montante negativo de R\$ 9.186 referentes a baixa do crédito diferido dessa natureza (Nota 21).

e) Aporte de capital

Em 30 de novembro de 2020 a Assembleia Geral Extraordinária do Banco Modal S.A. deliberou o recebimento de aporte de R\$258.000 de um grupo de investidores locais. Nesse contexto a AGE deliberou: (i) a conversão voluntária de 1.600 ações nominativas e sem valor nominal preferenciais em ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal; (ii) o aumento de capital social da Companhia, no valor total de R\$16.931, mediante a emissão de 3.200 novas ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal. Do valor aportado, o montante de R\$16.931 é destinado à conta de capital social e o valor de R\$241.069 destinados à conta de reserva de capital da Companhia. Essa operação ainda está sujeita à aprovação do regulador.

38. Eventos Subsequentes

Aquisições

Proseek Escola de Negócios, Finanças e Consultoria Empresarial Ltda. (“Proseek”)

Em 21 de janeiro de 2021, o Banco Modal, por meio de suas controladas, e os acionistas da Proseek, firmaram o Instrumento de Particular de Venda de Participação Societária Sob Condições Precedentes e Outras Avenças em que o Modal adquiriu a totalidade das quotas da Proseek. O montante da operação foi de R\$ 2.298. Essa operação tem como objetivo reforçar a estratégia de captação de agentes autônomos de investimento e ainda aguarda a aprovação do regulador.

Eleven Serviços de Consultoria e Análise S.A. (“Eleven”)

Em 5 de fevereiro de 2021, o Banco Modal e os acionistas da Eleven firmaram contrato de compra e venda por meio do qual o Banco Modal adquiriu a totalidade das ações da Eleven. Essa operação tem como objetivo potencializar a proposta de assessoria financeira aos clientes modalmals utilizando a casa de *research* independente. A operação aguarda a aprovação do regulador.

* * * *